



REPÚBLICA DO BRASIL

SENADO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 102

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 26 DE AGOSTO DE 1967

ATA DA 118ª SESSÃO,
EM 25 DE AGOSTO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. EDMUNDO LEVI.

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clóvis Maia
Oscar Passos
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Arnon de Melo
José Leite
Aloysio de Carvalho
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aurélio Vianna
Milton Campos
Carvalho Pinto
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Há número regimental, está aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Raul Giuberti, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. Cattete Pinheiro, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte:

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos do seguinte Projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, de 1967

(Nº 30-A-67. NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Decreto-lei nº 323
de 20 de julho de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 32, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 4.357,

SENADO FEDERAL

de 16 de julho de 1964, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER

Parecer nº 539, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei complementar nº 7, de 1967, do Senado, que regula a execução do disposto no art. 16, § 2º, da Constituição Federal.

Relator: Senador Josaphat
Marinho

Ao projeto de lei complementar do Senado, que regula a execução do disposto no art. 16, § 2º, da Constituição Federal, a Câmara dos Deputados aprovou emenda substitutiva, que não nos parece aceitável, no seu todo.

1. O art. 1º da emenda declara que "as Câmaras Municipais das capitais e dos municípios de população superior a 100.000 (cem mil) habitantes poderão atribuir remuneração aos seus vereadores, nos termos desta Lei". Estabelecendo que as Câmaras poderão atribuir remuneração, a emenda consagra critério facultativo. Mas a Constituição não criou uma faculdade, prescreveu uma obrigação para as Câmaras, correspondente a um direito dos vereadores. E o que está no art. 16, § 2º. Restringindo a garantia de subsídios aos vereadores das capitais e dos municípios de população superior a 100.000 habitantes, a Constituição proclama que eles "terão remuneração."

A fórmula constitucional imperativa não pode ser convertida em concessão aleatória, mesmo que fossem subestimadas as inconveniências resultantes dos dissídios locais.

2. No § 1º do art. 2º a emenda dispõe que "é vedado o pagamento de qualquer outra vantagem pecuniária em razão do mandato, inclusive ajuda de custo, representação e gratificações." O projeto do Senado proíbe, amplamente, no art. 3º, "a concessão de ajuda de custo, sob qualquer título". Estender a vedação a "representação e gratificações", indiscriminadamente, afigura-se nos excessivos. Proibida ajuda de custo, sob qualquer título, está impedida a outorga de outra vantagem permanente, além do subsídio. Há, porém, delegações para atos fora dos limites territoriais dos municípios, como conferências, congressos, que nem sempre poderão ser cumpridas sem a concessão especial de verba de

representação. Do contrário, só os vereadores dotados de recursos financeiros terão oportunidade de exercer tais encargos.

3. O § 2º do art. 2º estatui que "a parte variável de remuneração não será inferior à fixa e corresponderá às sessões a que comparecer o vereador, não podendo ser paga mais de uma por dia". O dispositivo, a nosso ver, tem extensão demasiada, invadindo área de competência das Câmaras Municipais, e lhes impondo restrições que não vigoram para os outros órgãos legislativos.

O projeto do Senado já prescreve que o montante do subsídio do vereador terá "como teto a soma de até 12 (doze) salários-mínimos da região" e "não poderá ser superior a dois terços do subsídio atribuído a deputado membro da Assembleia Legislativa do Estado a que pertencer o município" (art. 2º, §§ 1º e 2º). Previne mais o projeto que "a alteração dos níveis de salário-mínimo vigentes no país não implicará, em nenhuma hipótese, na modificação automática dos valores dos subsídios fixados pelas Câmaras Municipais, as quais só poderão ser revistos, tendo em conta a sua atualização, em Resoluções das referidas Câmaras, obedecidos os critérios e limites desta lei" (art. 5º). Conjugados esses critérios, o interesse dos municípios estará preservado, sem ofensa às atribuições próprias das Câmaras locais.

4. Tanto mais suficientes serão essas normas quanto poderá fortalecê-las a regra do art. 2º da emenda, que aceitamos como preceito a ser incorporado ao art. 2º do projeto do Senado. "Durante a legislatura — reza o parágrafo — não se poderá elevar a remuneração, a qualquer título".

5. De acordo com o art. 3º da emenda, a remuneração obedecerá a "proporções em relação aos subsídios atribuídos aos deputados à Assembleia Legislativa do respectivo Estado", fixadas essas proporções segundo o volume da população. Não nos parece aconselhável o sistema, pois a simples densidade populacional não é medida correta para estimar o desenvolvimento local e os deveres atribuíveis aos representantes das Comunidades. Há mesmo municípios, como no Estado da Bahia, que têm renda superior a outros de população maior.

Demais, a emenda prevê que "a população do município será certificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou, quando este não dispuser de elementos atualizados, por órgão estatístico estadual" (art. 4º). Ora, os Estados,

geralmente, não contam com órgãos habilitados a seguros levantamentos estatísticos da população. Em consequência, a permissão prevista admitiria a inconveniência maior no plano político, e a prováveis conflitos com o órgão federal especializado.

6. Ainda de conformidade com o art. 2º, em seu parágrafo único, "o efeito do disposto neste artigo nos subsídios dos deputados à Assembleia serão fixados em Resolução do Poder Legislativo Estadual, observado o art. 13, VI, da Constituição". Mas, segundo a Carta de 1967 e a tradição do regime federativo, os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitados os princípios constitucionais estabelecidos (artigo 13). Entre os princípios constitucionais consta, apenas, sobre a matéria, a "proibição de pagar a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios atribuídos aos deputados federais" (VI). A Constituição não estipulou, como não o fez para o Poder Legislativo Federal (art. 52), o instrumento legislativo pelo qual as Assembleias regulam os subsídios dos deputados estaduais. Não pode, ou pelo menos não deve fazê-lo a lei complementar, para não revelar-se mais ampla do que a lei fundamental.

7. As regras consubstanciadas no art. 5º da emenda, e seu parágrafo único, sobre a remuneração na presente legislatura, correspondem ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º e no art. 6º do projeto do Senado. Não há inovação apreciável. E quer e omissão quanto à determinação expressa, contida no art. 6º do projeto do Senado, no sentido de que a remuneração prevalece a partir de 15 de março de 1967, ou do ato de posse dos vereadores, se posterior a essa data.

8. O art. 6º da emenda estipulava que "a despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar, anualmente, de 3% (três por cento) da arrecadação orçamentária do respectivo município, realizada no exercício imediatamente anterior". E o parágrafo único desse artigo acrescenta: "se a fixação da remuneração nos limites previstos nesta lei implicar despesa superior à estabelecida, será ela reduzida quanto bastar para não exceder a percentagem de que trata este artigo."

Mas, como referido nesse parecer, o projeto aprovado pelo Senado contém, já, duas limitações explícitas e adequadas à diversidade de situação financeira dos municípios: o teto de doze salários-mínimos da região e a proibição de ser a remuneração do vereador superior a dois terços do subsídio atribuído ao deputado à Assembleia Legislativa, no mesmo Es-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

tado, sem mencionar-se a vedação de aumento automático por efeito de revisão daquele salário.

Variando o salário-mínimo regional e os subsídios dos deputados estaduais, é claro que essa diversidade determina a graduação conveniente ao poder financeiro dos municípios.

A par disso, se aceita, como propomos, a norma impeditiva de qualquer aumento da remuneração durante a legislatura, consoante o disposto no § 3º do art. 2º da emenda, excesso ou abuso, porventura verificado, perde o significado no tempo. Para os casos de erro enorme, não faltará ao legislador estadual, ou ao prefeito, o remédio apropriado. O artigo 15 da Carta de 1967 preceitua que "a organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais".

O cuidado do legislador federal de evitar possíveis anomalias não deve traduzir-se em outra forma de abuso do poder, igualmente condenável. E nos termos da Constituição, art. 16, II, a autonomia municipal será assegurada pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e a aplicação de suas rendas. Dar remuneração a vereadores, nas hipóteses do § 2º do art. 16, é forma de aplicação de renda, que se enquadra, pois, na esfera da autonomia local. A disciplina da lei complementar há de normatizar-se com a regra de autonomia municipal, que é, formalmente, um dos princípios constitucionais do regime (Const., art. 10, VII, f). Sendo a exigência da lei complementar uma restrição à autonomia municipal, não que concerne à aplicação de rendas, não pode ser ampliada contra um dos cânones do sistema político instituído.

Ainda se há de entender assim porque a Constituição, ao definir a administração própria quanto a decretação e arrecadação de tributos e a aplicação de rendas, ressalva apenas que essa competência será exercida "sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balanços nos prazos fixados em lei estadual".

Logo, a competência do legislador federal, decorrente do § 2º do art. 16, é delimitada, necessariamente, pelas normas essenciais do regime, quais cumpre ajustá-la, boa hermenêutica. Os "limites e critérios" da lei complementar não de ser concordantes com a estrutura do sistema. Como bem salienta o Ministro Prado Kelly, "a Constituição não é um documento parcialmente obrigatório", "não pode ser obedecida em várias de suas normas e negada em muitas de suas preceitos" (Estudos de Ciência Política, Ed. Saraiva, S. Paulo, 1966, III, página 8).

Por esses motivos, e atentando ainda em que os subsídios devem ser condignos, rejeitamos o artigo 6º da emenda.

Quanto ao parágrafo, que ordena a redução da despesa superior ao limite legal, é desnecessária. O projeto do Senado prevê o alcance máximo da despesa com a remuneração dos vereadores. Se a despesa extrapassar a baliza fixada, é ilegal diante da norma federal complementar. Não pode atender ao ônus irregular o prefeito, a quem cabe fornecer os recursos. Restará à Câmara infratora a revisão do descometimento, para assegurar o subsídio dos vereadores.

9. Os arts. 7º e 8º da emenda relacionam-se apenas com a vigência da lei, sem inovar o que se encerra no art. 7º do projeto.

10. Ante o exposto, opinamos pela rejeição da emenda da Câmara, salvo quanto ao § 3º do art. 2º, que consideramos incorporável, na forma deste parecer, ao projeto aprovado

pelo Senado, o qual merece, assim, a nosso juízo, ser mantido.

Sala das Comissões em 24 de agosto de 1967: — *Mito. Campos*, Presidente. — *Josaphat Marinho*, Relator. — *Antônio Carlos*, com a ressalva de, no plenário, examinar a conveniência de se incluir, no projeto do Senado, a norma constante do artigo 6º e seu parágrafo único, da Emenda Substitutiva da Câmara. — *Bezerra Neto*. — *Antônio Balbino*. — *Wilson Gonçalves*. — *Ruy Palmeira*.

RESPOSTA A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Educação e Cultura:

I — Aviso nº 1.269-BR, de 24 do corrente, em relação ao Requerimento nº 657, do Senhor Senador Gilberto Marinho.

II — Aviso nº 1.271-BR, de 24 do corrente, em relação ao Requerimento nº 349, do Senhor Senador Arthur Virgílio.

III — Aviso nº 1.262-BR, de 24 do corrente, em relação ao Requerimento nº 63, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres.

IV — Aviso nº 1.261-BR, de 24 do corrente, em relação ao Requerimento nº 647, do Senhor Senador Desiré Guarani.

V — Aviso nº 1.255-BR, de 23 do corrente, em relação ao Requerimento nº 501, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levi*) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa Requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 734, de 1967

Senhor Presidente

Na forma do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência providências, no sentido de ser encaminhado ao Senhor Presidente da Petrobrás, o seguinte pedido de informações:

Quais foram os resultados das análises do Petróleo encontrado em São Mateus no Espírito Santo.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1967. — Senador *Raul Giubert*.

REQUERIMENTO Nº 735, de 1967

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 261, do Regimento Interno, solicito providências no sentido de ser reconstituído o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1960, que "Considera objeto de tratado a matéria das Notas Reversais ns. 1, 2, 6, 7, trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, La Paz, a 29 de março de 1958".

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1967. — Senador *Paulo Torres*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levi*) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levi*) — Outro Requerimento será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 736, de 1967

Senhor Presidente.

Convidado pelo Poder Executivo para integrar a missão à Conferência Internacional do Café, a realizar-se em Londres, a partir de 28 do corrente, venho solicitar autorização do Senado para aceitar aquela missão.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1967. — *Adolpho Franco*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levi*) — O Requerimento lido irá à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levi*) — De acordo com requerimento ontem aprovado, a primeira parte do Expediente desta sessão destina-se a homenagear a memória de Duque de Caxias, patrono do Exército Nacional.

Tem a palavra o Sr. Senador *Paulo Torres*.

O SR. PAULO TORRES:

(*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, presta o Exército, todos os anos, nesta data, justas e sinceras homenagens à memória do inolvidável Luiz Alves de Lima e Silva — seu patrono — pela passagem, de mais um aniversário de seu nascimento.

Não poderia, militar que teve a fortuna de nascer na mesma Província e que a representa nesta Casa, deixar de juntar, nesta hora, a sua voz à de seus valerosos camaradas que, em todos os quadrantes da Pátria, se curvam, espiritualmente, diante de sua figura excelsa.

Rememorar a sua Vida é descrever a própria História da nacionalidade. Evocar os seus feitos é sintetizar os do Exército, que, nele, teve o seu maior servidor.

Bem aventurados são, pois, os povos que podem, como o nosso, falar sobre a vida daqueles que os souberam honrar e engrandecer.

Muitos patriotas têm, em todos os campos da atividades humana engrandecido o Brasil; muitos têm, em versos admiráveis, em páginas fulgurantes, exaltado as glórias da nossa Terra e da nossa Gente; muitos têm, nos gabinetes de estudo e meditação traçado os planos da nossa organização; muitos têm, patrioticamente lutado pelo nosso desenvolvimento; muitos têm, nas lides diplomáticas, defendido e aumentado a nossa imensidão territorial; muitos têm, em conferências internacionais, elevado, com genealidade o nome do Brasil; nenhum, porém, pacificou internamente e externamente consolidou a nossa integridade como CAXIAS a quem devemos em grande parte, o milagre da nossa unidade geográfica, política e religiosa.

Sua vida foi uma sequência de triunfos. Nas lutas que dominou, para segurança da Unidade Nacional, e nas guerras que venceu, para levar a

paz a povos irmãos, foi, sempre, heróico e generoso.

Não fora isso, não teria, por certo, dominado, rapidamente as várias revoluções que tantas vidas roubaram à Pátria.

Ascendeu de Tenente a Marechal tendo, em todos os postos, batismo de fogo.

Tinha CAXIAS, como o imortal Rio Branco, no próprio lar um exemplo de virtudes — o Brigadeiro Lima e Silva — seu ilustre pai, cuja vida, afirma renomado escritor, talvez motivada pelo 7 de abril de 1831, não fora, como devera, exaltada pelos historiadores do Império. Os seus feitos, entretanto, projetaram-se luminosamente, em nossa história política.

A sua vida, como a do filho, foi inteiramente consagrada ao Brasil, a quem serviu com inteligência, bravura, dignidade e probidade.

"O Grande Luiz, filho de tal tronco, havia de ser o que foi — O Nume Tutelar de nossa Pátria".

Virgílio escreveu na Eneida, há dois mil anos, os seguintes versos que se ajustam, com fidelidade, à vida do único Duque brasileiro:

"Em que afortunados tempos apareceste?

Que dignos pais te geraram?

Enquanto os rios correm para o mar

Enquanto a sombra da floresta circunda as montanhas

Enquanto o céu sustiver os astros

Durará tua glória, o teu nome e teus louvores.

Onde quer que eu esteja, serei latido por ti".

"Um general deve poder dizer aos seus soldados no momento de levá-lo contra o inimigo: Vossas almas, vossos corpos, vossas armas estão nas melhores condições."

CAXIAS sabia, pela confiança que a todos infundia, conquistar as almas para os combates pela Pátria. Ele aprendera com Xenofonte:

"Fazei o que o inimigo quer contem mais traição do que bravura."

Os seus soldados batiam-se valentemente. Eles tinham bem presente a imagem de nossa Bandeira, que, nunca, foi desfraldada para oprimir e, sim, para libertar; estavam escudados por um símbolo que é a imagem de uma Pátria — cujos filhos sabem lutar com bravura e perdoar sem humilhação.

Para conduzir a guerra, escreveu Claudewitz, com um resultado brilhante, é mister possuir um conhecimento profundo das coisas superiores do Estado. O Chefe Militar torna-se um homem de Estado, mas não deve cessar de ser um Chefe; ele deve, de um lado, abarcar com seu olhar todas as coisas do Estado, e, de outro, ter a consciência exata do que pode fazer com os meios de que dispõe.

"Tudo é muito simples na guerra, mas o muito simples é difícil".

CAXIAS, desde muito moço, encarava os problemas nacionais de acordo com esses conceitos. Não os via como alguns, sob o ângulo do particularismo regionalista, que, desgracadamente, colocavam os interesses nacionais abaixo das lutas de grupos, lançando, assim, sementes dainhas sobre o nosso solo.

A fama é a conquistou, sem persegui-la, nos bons combates unindo patriotas desavindos e levando a paz a povos vizinhos.

Ele, por certo, aprendera com Virgílio que a Fama é um fabuloso monstro hediondo e alado que possui tantos olhos, tantas bocas, tantos ouvidos quantos são as penas de seu corpo — e de noite voa pelo meio do céu e pela sombra da terra, fazendo ruído, indormida; e de dia nouse a espreitar das cumieiras e tanto retém o que é mau e falso como apreço a verdade, narrando aos povos o que se tinha feito e o que não...

As honras e distinções imperiais, afirma um de seus biógrafos, vieram ao seu encontro, não como prêmio de vandalismo, e, sim, em homenagem a

seus relevantíssimos serviços. Delas aliás, não precisava.

Para sua glorificação, basta o título de pacificador que lhe foi conferido, com inteira justiça, pela gratidão de todos os brasileiros.

Muito moço bate-se valentemente, na Bahia, pela Independência, contra as tropas do General Madeira.

Em recompensa pelos seus feitos memoráveis nos campos de Pirajá, concede-lhe o Governo o "Hábito do Império".

No Sul as cousas iam mal. Montevideo não recebia bem o 7 de Setembro, e "apresentava, no momento, a sensibilidade de um sismógrafo, registrando a atividade de um vulcão".

Os brasileiros e portugueses, que se achavam na capital do Uruguai, colocam em campos opostos.

O Batalhão do Imperador é mandado para o novo teatro de operações.

Deu CAXIAS, aí, robustas provas de um perfeito Chefe Militar. Conquista o "Hábito de Aviz".

Os estadistas do Império estavam sentindo que, após proclamada a Independência, a Unidade Nacional corria grande perigo. O problema era complexo e difícil. Estava ela desafiando o patriotismo de todos os brasileiros e, notadamente, dos nossos dirigentes, que, felizmente, com bravura evitaram a desagregação do país, conservando-o, mercê de Deus, unido e forte.

Mas o grande artífice desses incomparáveis feitos foi, em verdade, o Duque de Caxias, denominado, com justiça, a Escora do Império.

A causa principal das sanguinolentas dissensões civis durante o Primeiro Reinado, foi, como sabemos, o espírito regionalista, que se acentuava após o 7 de Abril. O perigo separatista era tão iminente que obrigava Evaristo da Veiga a recuar dos excessos do liberalismo, procurando "conciliar as conquistas dos combatentes da véspera com as reservas da sociedade conservadora. A morte o deteve quando realizava a tarefa ingente, de que até Feijó, depois dele, acabou por desistir".

Houve, em 1832, dois levantes armados: o da cidade de Cachoeira, na Bahia, visando a federação com o regime monárquico, e o do Rio de Janeiro, chefiado pelo Major Miguel de Farias, pela República Federativa. Este é o primeiro grande feito de Caxias.

Muito embora seu pai, comandante da praça tivesse se confraternizado com o povo, o filho não tomou parte e combateu os revolucionários. Assistiu, assim, aos acontecimentos que levaram D. Pedro I a abdicar.

É o próprio Caxias, muito mais tarde, no Senado, quem afirma:

"O Batalhão do Imperador foi um dos últimos corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio comandante, ocupando eu o meu lugar de major.

Marchei, portanto, em virtude de ordem competente; não fui revolucionário.

Estimei a abdicação; julguei que era de vantagens para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela".

Bela e digna atitude. Muito embora concordasse intimamente com a abdicação, não concorreu para que a mesma se efetivasse. Como comandante dos municípios, desbaratou os revolucionários de Miguel de Farias. O chefe dos insurretos, perseguido por Caxias, foge e se esconde num quarto da residência do desembargador Nabuco de Araújo.

O grande soldado penetra na casa e abre a porta do quarto em que Miguel de Farias se achava escondido. Sem dizer uma palavra fecha-a e se retira.

Miguel de Farias, graças a essa atitude, embarcou para os Estados Unidos.

Caxias sabia vencer conquistando os corações.

Mais tarde, a seu convite, toma Miguel de Farias parte na luta contra os Farrapos e confirma, aí, mais uma vez, suas qualidades de militar destemido e valoroso.

No Maranhão irrompeu, em 1838, uma revolta de facinoras, denominada Balaiada, que assumia proporções assustadoras, invadindo os Estados do Piauí e Ceará.

Era preciso dominar, rapidamente, a revolta que tivera por berço a Vila de Manga de Igará. Mas necessário se tornava que se encontrasse um homem de lúida inteligência e coração boníssimo para comandante em chefe das tropas legais, porque a missão não era somente combater os Cabanos e Bentivis, como eram chamados, mas restituir a paz com justiça àquelas plagas assoladas pela revolta.

É designado o excelso brasileiro para desimbuir-se dessa delicada missão.

Caxias é nomeado Presidente do Maranhão e Comandante Geral das forças em operação contra os rebeldes, com atribuições nas demais províncias contaminadas, dando-lhe o governo autoridade para "agir segundo as circunstâncias melhor o aconselhassem".

Ao chegar à terra de Gonçalves Dias proclamava: Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar o nome dos partidos que, por desgraça, entre vós existem".

Com essa sincera proclamação ficou a cavaleiro das lutas inglórias em que se debatiam as duas facções. Nessas, segundo Rocha Pombo, "não havia princípio ou aspiração em conflito com as instituições dominantes, mas apenas dois partidos que se fazem guerra de morte, sem nenhum pensamento de ordem militar ou social".

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex. permite um aparte?

O SR. PAULO TORRES — Com imenso prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permita-me, V. Exa. que eu interrompa o seu brilhante discurso para me associar às homenagens justíssimas que V. Exa. presta ao soldado brasileiro na pessoa do seu imortal patrono. V. Exa. tem razão em ocupar a tribuna, com o brilho de sua autoridade civil e militar, para recordar feitos de heroísmo daqueles que souberam defender a integridade da pátria, e que tiveram uma vida de dignidade, de probidade e de heroísmo. A atuação de V. Exa., neste instante, é das mais significativas que poderíamos imaginar. V. Exa. está mostrando aquilo que é mais necessário na vida de uma nação forte, que é manter a sua tradição. Uma nação sem tradição é uma nação sem alma, é uma nação sem vida. Essa vinculação de feitos memoráveis de uma geração a outra são o sustentáculo moral e espiritual da grandeza das nações. V. Exa. tem toda razão em ocupar a tribuna em tão brilhante comentário sobre a vida do nosso herói Caxias, mantendo esse espírito de tradição, a que me refiro. E ainda é mais oportuno o discurso que V. Exa. pronuncia nesta hora, dentro do Senado da República, uma Casa civil, porquanto não ignoramos a realidade do que ocorre por este país afora — os maus brasileiros procurando cavar divergências entre a classe civil e a classe militar. Como se tem dito nesta Casa ou já o disseram em brilhantes expressões, não devemos distinguir entre civis e militares, entre heróis civis e heróis militares. Todos são heróis, todos são

dignos da vivência em comum, para a grandeza de nossa querida Pátria. Nesta hora em que procuram cavalos ou promover dissensões, pela ação nefasta de maus brasileiros, civis e militares, V. Exa. tem razão em ocupar esta tribuna, numa demonstração de que, no Senado Federal, esse sentimento jamais poderá influir no nosso espírito. Queremos uma Pátria unida, uma Pátria forte, uma harmonia perfeita de civis e militares, todos na total compreensão dos seus deveres, promovendo a grandeza, o desenvolvimento e a felicidade do País. Associe-me às homenagens que V. Exa. presta e ao mesmo tempo, congratulo-me com os meus eminentes colegas por estarmos ouvindo oração tão bela, recordando feitos de heroísmo que devem ser a todo o instante relembrados, nas grandes datas como a de hoje.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço, profundamente penhorado, o aparte de V. Exa. que veio enriquecer a minha desataviada oração. Penso como V. Exa. — os povos que não cultuam a memória dos seus antepassados são povos fadados a desaparecer.

(Retomando a leitura) — Foi, com imenso júbilo que, ao terminar a luta, pôde afirmar em seu relatório: "Não me ufano de ter mudado os corações e sufocado antigos ódios de partidos ou, antes, de família, que por algum tempo se acalman e, como a peste, se desenvolvem".

Conquistou, aí, com justiça, os títulos de Pacificador e de Barão de Caxias.

Orientado por essa norma de conduta, escreve o historiador Souza Doca: desde a infância, ardorosa e promissora, até a velhice, refletida e gloriosa, pôde Caxias legar-nos o mais sublime e o mais alto exemplo de uma vida prestante e, ao mesmo tempo, nobilitou a classe militar e deu relevo excepcional ao posto de General de nosso Exército. A grandeza da Pátria para ele só podia desenvolver-se dentro da ordem.

Em maio de 1941, deixava o Maranhão em paz e em maio de 1842, partia para São Paulo, a fim de combater a sedição que deflagrara naquela Província.

Dava o governo, como o fizera no Maranhão, ampla liberdade de ação ao seu ilustre delegado e, em Aviso de 18 de maio dizia o Ministro da Guerra: "Obter que a sedição que acaba de aparecer na Província de São Paulo seja sufocada no seu princípio, antes que tome mais força.

Os meios deixam-se à inteligência discreção e atividade de V. Exa."

Temia o governo que os paulistas fizessem causa comum com os farronpilhais, que se encontravam em armas há sete anos, em defesa de um grande ideal político — a República Federativa.

As diretrizes para a agitação em São Paulo e Minas Gerais foram traçadas por Teófilo Otoni e Olímpio de Abreu, depois de terem frustrado dentro dos princípios legais, o impedimento da execução do Ato Adicional, que restabeleceu o Conselho de Estado, que segundo alegavam, feria a autonomia da Província.

Caxias partiu imediatamente para Santos e, transpondo a Serra de Cubatão, penetra na Capital da Província e, em seguida, sitia a cidade de Piracicaba, que era o principal foco da revolução.

Um dos chefes do movimento era o padre Diogo Antônio Feijó.

O antigo regente do Império estava alquebrado e quase abandonado pelos seus companheiros. Ao ter notícias da chegada de Caxias, envia-lhe uma missiva em que se lia o seguinte trecho: "Estranho que Luiz Alves de Lima e Silva fosse um dia obrigado a combater o Padre Feijó". E termina com dignidade: "Eu estaria em campo com a minha espada e não

estive e moribundo, mas faço o que posso".

Condeu-lhe o eminente patriota, estranhando, por sua vez, que fosse obrigado a lançar mão da força para chamá-lo à ordem e acrescenta: "as ordens que recebi de sua Majestade, o Imperador, são em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 7 de abril de 1832, isto é, que levaste a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse; e da mesma maneira por que então as cumpri, as cumprirei agora". E termina energeticamente: "Nenhuma resposta receberei que não seja a pronta dispersão e submissão dos rebeldes".

Feijó estranha os termos incisivos da resposta que lhe dera Caxias. O sítio da cidade é cada vez mais apertado. Seus defensores começam a abandonar-lhe, mas Feijó tempera de aço, cai com a sua cidade.

No dia 21 de junho de 1842, dirigiu-se à casa de Feijó e, comovido disse: "É o dever do soldado me impõe a dolorosa missão de vir prender o Senhor Senador Feijó um dos chefes do movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me".

A paz irmanava, novamente, a laboriosa, culta e progressista família paulista.

Ainda em São Paulo é nomeado para pacificar a gloriosa Província de Minas Gerais.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO TORRES — Pois não.

O Sr. José Ermirio — V. Exa. traz ao plenário desta Casa, neste dia glorioso para o Brasil, uma notável alocução e todos devemos conhecer, a fundo, os grandes méritos do Duque de Caxias. Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, dirimiu as contendas internas com sua espada pacificadora, sem deixar ódios ou vinganças. Em 1823 lutou pela consolidação de nossa independência na Bahia; subiu ao posto de Marechal e, através dos próprios esforços, ascendeu ao posto de Duque. Foi um homem sem vaidades, obediente, senhor da renúncia, consciente do dever e da lei. Seus feitos na Guerra de Rosas, na Guerra do Paraguai, nas lutas internas dos Farrapos, nas convulsões das duas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde quer que fosse chamado, se justificava como um dever cívico de lutar por um Brasil melhor. Aos maranhenses proferiu uma notável frase: "Sou mais militar do que político. Quero ignorar o nome dos partidos políticos que existem". Sua última vontade traduziu-se num pedido aos praças de bom comportamento, no sentido de que colocassem o seu corpo no fundo da sepultura. Veja V. Exa. a situação: um homem que chegou ao máximo no Brasil, com toda a posição que poderia ter no entanto foi humilde até o fim da sua vida. Devemos, portanto, honrá-lo todos os dias e todos os anos para que a Nação saiba respeitar e reconhecer um homem do valor de Caxias.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço penhorado ao eminente Senador José Ermirio o seu aparte. De fato, Caxias pediu que seis soldados rasos, de bom comportamento, levassem seu corpo à sepultura, o que importa dizer que até na morte Caxias comandou.

(Retomando a leitura)

A 20 de agosto foram revoltosos, no combate de Santa Luzia de Sabará, depois de renhida luta, completamente desbaratados. Caxias ao receber os chefes do movimento disse-lhes: Meus Senhores, isso são consequências do movimento, mas podem contar para quanto estiver ao meu alcance, exceto para soltá-los.

Em sua célebre Circular aos Mineiros, assim falava Teófilo Otoni, o inspirador do movimento, com o desassombro que o caracterizava: "Creio sinceramente que mais teria ganho o

sistema constitucional se apesar da promulgação das leis inconstitucionais de 1841, apesar da dissolução prévia da Câmara dos Deputados, apesar de tudo, a oposição mineira, em vez do recurso das armas, de preferência empregasse contra o Governo os meios pacíficos que ainda lhe restavam.

Não pararam, entretanto, aí os seus feitos. No Rio Grande do Sul, sentinela indomida de nossa fronteira meridional, rebentara, em 1835, com o ímpeto arrasador do minuano, a revolução Farrroupilha, que, visava o estabelecimento da república federativa, sob a bandeira do Brasil. Ela previu a seriedade do governo e o povo, que se mostravam ansiosos pelo seu término. Muitos generais, infelizmente, haviam fracassado na luta contra as repúblicas riograndenses.

Quem poderia trazer a reconciliação a aqueles bravos centauros, que se dividiam havia quase um decênio? Quem poderia estancar aquele sangue que derramava ingloriosamente? Quem os poderia unir com justiça e os confraternizar com honra?

O filho querido da Vitória, como o denominou o "Jornal do Comércio", partiu para o teatro de operações.

Ele tinha bem presente as profeções palavras do Conde de Lages quando, ao mesmo, se apresentara por ocasião de sua promoção a coronel.

"Eu não fiz hoje um coronel; fiz um general que há de pacificar o Rio Grande do Sul; conheço aquela Província e não temos ali elementos para debelar a força daquela rebelião. Vá criar nome e prestígio no Maranhão e venha para pacificar o Sul."

Deus pelo bem e grandeza de nossa Pátria, as abençoou, tornando-a realidade e a Escola do Império, na frase do cintilante Euclides da Cunha, é nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante das armas.

Sabe que a sua missão é árdua; sabe que o governo do Rio Grande do Sul desde que deflagrara o movimento tivera 12 Presidentes. Não vacila, entretanto, um momento. E o Brasil que lhe exige mais esse sacrifício. Caxias vai ao Paço para despedir-se do Imperador e o jovem monarca, com a ingenuidade de seus 17 anos, pediu ao general que terminasse aquela revolução, como havia terminado as outras.

Em Porto Alegre, no dia de sua posse, fez o seguinte apelo ao intrepido povo gaúcho.

"Riograndenses. Sua Majestade, o Imperador, confiando-me a Presidência e Comando em Chefe do bravo Exército Brasileiro, recomendou-me que restabelecesse a paz nesta Província do Império, como a restabeleci no Maranhão, em São Paulo e Minas Gerais. A Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca e do Brasil todo. Lembrai-vos que, a poucos passos de vós, está o inimigo de todos nós — o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos mecamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então as nossas espadas e o nosso sangue. Abracemos-nos e unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da pátria, que é nossa mãe comum."

A proclamação é sincera e patriótica. Não desejava o derramamento de sangue brasileiro.

Atribui à Providência Divina a glória de haver pacificado outras províncias do Império.

A sua maior ambição é a união sincera e fraternal da família brasileira.

Procede como em outras ocasiões. Antes de desencadear a ofensa, reúne todos os meios necessários à luta. Lança-se inicialmente, sobre Portinho e o destroço. Bate-se em seguida,

com as forças de Canabarro, Bento Gonçalves, Antônio Neto e outras. Pancho Verde, Alegrete, Santa Rosa e Peronga são etapas vencidas em busca do dia anelosamente esperado. O encontro que pôs fim à grande luta fratricida, afirma o escritor, não se fere em Território Nacional e, sim, no Oriente, à Margem direita do rio Louro. Desfechando-se ali o derradeiro golpe dessa tão prolongada série de combates, escaramuças, investidas e assaltos, que começou em terra pátria, pelo encontro do Arroio Grande, em 13 de outubro de 1835 e findava em 29 de dezembro de 1844, em terra estrangeira. O último sangue de irmãos derramado na luta foi cair, pois, fora dos pátrios lares, no mesmo solo de onde viera o fomento da guerra e os estímulos que a fizeram durar tanto tempo. Paralelamente aos seus feitos de guerra, conquista os gaúchos com seus atos humanos e justos. Em seu relatório à Assembléia Provincial afirmava: que a pacificação era devida, em grande parte, ao caráter franco e leal da maioria do povo riograndense, caráter que, sempre, conservavam os legalistas e dissidentes."

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO TORRES — Com imenso prazer.

O Sr. Desiré Guarani — V. Excelência, Senador Paulo Torres, como ex-Governador do Rio de Janeiro, Marechal do Exército, ex-integrante da FEB e Presidente da Comissão de Segurança Nacional, está numa posição impar para falar sobre Caxias no Senado da República. E o faz de forma brilhante, entusiasmado e entusiasmado a todos nós. Mesmo porque Caxias, cuja figura de Chefe Militar se destacou na firmeza com que buscava a vitória, sem humilhações aos vencidos, especialmente nas lastimadas lutas intestinas, e cuja personalidade de estadista ficou marcada na história brasileira, como o governante tolerante para com os adversários de ontem e receptivo a todos os seus contemporâneos que buscavam, como ele, o constante bem da Pátria comum, merece ser exaltado em seus feitos, para que o bem-estar da família brasileira tenha como constante a compreensão de todos os filhos da Pátria comum, para mais rápido aprimoramento das instituições democráticas que nos regem e cuja manutenção todos desejamos, sem divergências.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço, penhorado, o aparte de Vossa Exa.

(Lendo):

Caxias é, com justiça, promovido à Marechal de Campo, a Conde de seu título e eleito, por esmagadora maioria — com exceção de 300 votos contrários — Senador pelo Rio Grande do Sul.

Disse-lhe o Imperador ao nomeá-lo conselheiro da guerra: "Mais adequado seria o título de conselheiro de paz". Terminara, com a paz proclamada a 1º de março de 1845, internamente, a sua obra incomparável; conseguira, com a bênção de Deus, pacificar todo o Brasil.

No dia 11 de maio de 1846 dá entrada no Velho Senado um novo Senador, que depois do compromisso regulamentar, dirige-se à bancada fluminense e cumprimenta, ao sentar-se, com todo o respeito, um velho colega que se achava ao lado:

"Bom dia, meu pai".

O velho Regente, abraça-o comovido. Pai e filho senadores. Fato único, creio, em nossa história política. Oito anos, escreve o Visconde de Taunay, conviviram no Senado, o pai a perder os dias para o túmulo, o filho a ganhá-los; para a história. No crepúsculo de um doce e tranquilo,

já vinha outro sol. Sobre o nome iluminado dos Lima e Silva não se consentia a noite."

Na paz como na guerra, escreve o Ministro Raul Fernandes, foi sempre uma expressão inconfundível da Pátria, defensor do seu patriotismo, da sua honra e da sua integridade.

Nuvens negras pairam sobre o Prata, pondo em perigo o Brasil.

Caxias não vai, agora, restabelecer a ordem em uma província, confraternizando irmãos. Vai defender a própria civilização que se achava ameaçada pelas crueldades praticadas pelos Neros da América do Sul — Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina.

É nomeado, como fora quando da revolução Farrroupilha, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército Brasileiro.

Montevideo estava cercada havia quase 9 meses. Caxias atravessa o Rio Grande e se dirige a Santa Lúcia a fim de obrigar Oribe a levantar o cerco da cidade. As suas tropas não chegam a enfrentar as de Oribe, porque esse assinara com Urquiza um tratado de paz, no qual se comprometia a levantar o cerco da cidade.

É estabelecida a aliança entre o Brasil e Uruguai, entre Rios e Corrientes contra o tirano Rosas. Uma das mais brilhantes qualidades de Caxias era a de saber escolher os homens que deviam exercer certas posições — Não lhe importava que os mesmos na véspera, o "fossem combatido de armas nas mãos."

Nos Farrapos tem lugar de destaque Miguel de Frias, a quem venceu, em 1851. David Cernpsta, Chefe das Forças Farroupilhas, foi nomeado comandante de uma divisão contra Oribe. Para ele não importava o passado político do homem. Tanto o ia buscar entre os adversários como entre os amigos.

Oucamos o que se passou com a nomeação do General Marques de Souza para comandante de uma divisão. Hermeto Honório pergunta a Caxias a quem ia dar o comando da divisão. Caxias, responde: ao General Marques de Souza.

Carneiro Leão, exclama: não é possível. Sr. Conde. O seu coração passou a dominar a sua cabeça, e Caxias, que tinha grande intimidade com o diplomata, batero-lhe no ombro, termina a entrevista: "meu amigo, meta-se com a sua diplomacia, porque de militância você não sabe nada".

Caxias tinha razão. As armas brasileiras sob o comando do futuro Conde de Porto Alegre, cobrem-se de glórias em Monte Caseros. Tinha fim a tirania que dominava o povo argentino.

É bem significativa a sua proclamação, ao deixar o solo estrangeiro, aos seus intrepídicos comandados:

"Conseguistes uma glória imortal; desagravastes a honra da nossa Pátria; contribuístes eficazmente para a paz de dois Estados, para o triunfo da mais santa das causas — a da Liberdade, da Humanidade e da Civilização. Está, pois, completa a nossa missão."

A regressar ao Rio de Janeiro, recebe o título de Marquês.

O período de 1852 a 1876 é, por Caxias, consagrado à política.

Como Presidente do Conselho, ocupa por três vezes a pasta da Guerra.

Prestou, como Ministro da Guerra, assinalados serviços. Recomenda o estudo da tática elementar adotada no Exército Português, "enquanto se não organiza uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares ao nosso Exército e com a natureza de nossas guerras". Entre os grandes empreendimentos em prol do engran-

decimento do Exército, adota, entre muitas medidas as seguintes:

— manda contratar veterinários, na França e picadores, em Portugal em virtude do papel importante da cavalaria nas lutas do Prata e por haver observado que alguns insucessos foram devido ao desconhecimento com que eram tratados os cavalos.

— extinguiu as Juntas de Justiça Militares que eram órgãos de segunda instância, fortalecendo, assim, o Conselho Supremo Militar.

— Cria o serviço militar obrigatório e a repartição de Adjunto Geral, que deveria, mantendo-se equidistante dos partidos, assegurar a continuidade de todos os serviços e a unidade de doutrina. Ele é hoje o Estado-Maior do Exército.

Defendendo a instalação das colônias Militares declara:

"... em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente falhos de população civilizada, em outras apenas habitadas por selvagens, limite, além disso, com Estados em idêntica, senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma necessidade política de reconhecida necessidade". Já nessa época, há mais de um século, o grande soldado procura por em equação esses magnos problemas e chegava, para a resolução dos mesmos, a atenção de todos os brasileiros.

Foi titular de uma pasta — fase ainda da política de conciliação, que Joaquim Nabuco definia como sendo "uma época de reconhecimento, de expansão, de recomeço, em que se renova o antigo sistema político decrépito, em que se criou o aparelhamento moderno do governo, se dilata extensivamente não para uma classe somente, mas para todas as classes, o horizonte que as comprime".

Mas a Pátria ia, mais uma vez, necessitar que ele, para sua honra e integridade, desembranhasse a sua espada.

Acertadamente prosseguia, em 1856, a guerra do Paraguai. O Comando necessitava de ser exercido por um homem inteligente, capaz e intrepido.

Humaitá era o fantasma da guerra. Curuzú e Curupaity eram dois obstáculos que se opunham ao assalto da grande fortaleza.

Era, pois, imprescindível tomar, antes, essas duas praças fortes.

Per que não as tomávamos ao início?

O Brasil não possuía, nessa época, um chefe experimentado para Comandante em Chefe de nossos bravos soldados? Sim.

Tinha Caxias. Por que, então não era ele nomeado para o Supremo Comando do nosso Exército?

Unicamente porque Caxias pertencia ao Partido Conservador. É incontestável que os políticos tivessem coloridos supremos interesses do Brasil abaixo das suas ambições facciosas.

É inconcebível que se lhe não tivesse dado, a ele, desde o início, o Comando de nossas valorosas tropas. Era, incontestavelmente, a maior esnaga do Império.

E o Brasil nunca precisara tanto dele quanto aquela época.

Foi, é verdade, eleito pelo Partido Conservador, mas, nunca aqui em proveito do mesmo contra o Liberal. Um homem do valor de Caxias não podia pertencer a um partido político e, sim, à Nação. Ele trabalhou e lutou não por um partido, mas unicamente pelo Brasil. O próprio Ozório, a lança do Império, apreensivo com o desenrolar da guerra, em virtude da fraqueza do Comando Geral, escreveu-lhe de Montevideo, o seguinte: "Espero a V. Exa., como o Anjo da Guarda".

Venceu, entretanto, a voz do patriotismo. A 18 de novembro de 1863, assumiu o Comando em Chefe do Nosso Exército.

Sabia arrastar os seus soldados ao caminho da glória exaltando-lhes a coragem — motor principal da parte de vencer, como justamente proclamava Sócrates, a propósito do papel de Agamenon, descrito por Homero, na sua imortal Ilíada: "E' evidente que era guerreiro Valente, não somente combatendo com coragem, mas, comunicando sua coragem à tropa".

Seus horizontes se desdobravam. Era necessário corrigir os erros que se vinham perpetrando e que culminavam em Curupaiti.

Apesar de encontrar-se muito longe do campo de batalha, vinha acompanhando, com ímpetu interesse, o desenvolvimento da luta, e, pôde, por isso, desde o dia de sua nomeação, agir com segurança.

Como sucedera anteriormente, trata primeiro de preparar os combatentes. Cuida com carinho, da instrução, da disciplina da organização e da saúde da tropa.

Tinha bem presente que os aliados perderam, em 1865, por moléstias, um terço do seu efetivo. O sofrimento é grande, mas o brasileiro não se abate.

É invencível. Cita-nos o General Dionísio Corqueira, em suas "Reminiscências" o lema de um Capitão: "Sofre-se muito mas é um pagode".

Um General, afirma o citado autor, dá-se ao capricho de criar galinhas no seu Quartel General, escalando os ovos para a fritada por ordem de antiguidade. Foi nesse ambiente que o excelso patriota assumiu o Comando em Chefe de nossas Forças.

Com pulso firme restabeleceu a disciplina.

Afirma um historiador. "Causas de organização, disciplina e higiene, foram as primeiras medidas aplicadas pela Medicina do Marquês ao saneamento do bizarro campo de Tuiuti.

Até Chefes de alta Hierarquia, cujas Unidades não se apresentavam assediadas e instruídas nas revistas iniciais, experimentaram os reativos de sua justiça imparcial ao lado dos que se estimulavam, deleitosos com as recompensas pelo dever cumprido".

Caxias estava, com patriotismo, sobreguando as energias dos nossos soldados que, pela inatividade prolongada se achavam frouxas.

Os políticos, entretanto, não queriam avaliar, devidamente, o esforço de Caxias no campo da luta.

"Não compreendiam os politiquinhos da retarguarda, escreveu o signa Fandi Calogeras, que traíam a Pátria, enfraquecendo com suas discussões miseráveis, interesseiras e mesquinhas autoridade de quem nas batalhas era o Porta Estandarte do Brasil".

O Exército Brasileiro impulsionado pela vontade firme de Caxias lança-se resolutamente à luta.

A alcançamos, logo no começo, as vitórias de Tuiuti-Cuê e PareCuê e a passagem de Curupaiti, seguidas dos combates de São Solano, Nembucu, Parteiro, Ovelha, Tali, Estabelecimentos e Humaitá.

O Exército, escreve o Coronel Afonso de Carvalho, vencendo as resistências do Chaco, e a Marinha, quebrando as correntes da famosa Fortaleza, firmaram-se na sensação da vitória comum, fortalecendo o espírito de cooperação das forças de terra e mar. Estava aberta a porta de pedra, ferro e bronze do interior Paraguai.

O Exército, pisa, rápido, as ruínas de Humaitá e segue adiante.

Não poderá retardar o seu avanço. Temos à nossa frente as posições fortificadas de Pikissiri e a Fortaleza de Angostura, protegidas pelas águas da lagôa Ipoá.

Sendo impossível, no momento, um ataque frontal, decidiu Caxias infligir para a esquerda a atravessar o pavoroso e pestilento Chaco.

Esta marcha, por onde foi feita, surpreendeu os Paraguaíes — que julgavam que se tratava de uma diversão dos brasileiros, e que o seu grosso marcharia por outra estrada.

Conhecendo a importância da Ponte de Itoró, ao desembarcar em Santo Antônio, pergunta ao General Argólo se a mesma estava por nós ocupada. A resposta é negativa.

Trave-se, pois, a grande Batalha de Itoró.

Os Generais Curjão e Argólo, caem gravemente feridos.

Ozório, que deveria desfechar o golpe mortal, no flanco esquerdo do inimigo, não chega a tempo, porque, pensando ter de percorrer 10 quilômetros, foi obrigado a andar 21 quilômetros.

Caxias, avalia perfeitamente a situação.

Os soldados julgando mortos os Generais Curjão e Argólo, dois Chefes idolatrados, refluem em desordem. Confusão e desaminadora é a situação.

Só o prestígio de um Chefe poderia salvá-la. E este surge aos 63 anos de idade, com a espada desembainhada, esportando o seu cavalo e atirando-se em direção à Ponte disposto a atravessá-la exclamando: "Sigam-me os que forem brasileiros".

Esta frase eletrizou todas as energias e unificou todas as vontades. "O Velho General em Chefe, diz Dionísio Corqueira, parecia ter recuperado a energia e o fogo dos 20 anos.

Estava realmente belo. Perfilávamos como se uma centelha tivesse passado por todos nós. Houve quem visse moribundos, quando ele passou, ergueram-se brandindo espadas ou cabalinas para tombarem mortos adiante."

Na baixada Paraguaia, afirma um de seus biógrafos, o contorno da praça de Humaitá foi um dos teitos mais brilhantes da História Universal e no Pikissiri, realizou uma manobra em puro estilo Napoleônico.

Caxias afirmava: em 14 de janeiro de 1869: "O Deus dos Exércitos não nos desamparou, nem a bravura e intrepidez dos meus camaradas conseguiram que fosse vencido o general amigo, que à sua frente se achava. A guerra chegou ao seu término e o exército e a esquadra podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas". Concede-lhe o governo, em 25 de março de 1869, o Título de Duque de Caxias.

No dia 7 de maio de 1880, penetrara, o Duque de Caxias — tranquilamente, pelo dever cumprido, naquela noite em que não há mais alvorada. A buirra do seu túmulo, em nome do Exército, discutava o Visconde de Taunay. De sua famosa e sentida oração, destaca o seguinte trecho:

"Rasga-se hoje fundo o sagrado solo da Pátria para receber em seu seio um filho tão ilustre do Brasil. Aqui vão encerrar-se, como em precioso arquivo, períodos inteiros e brilhantes de nossa história.

Ei-lo, terra brasileira, ei-lo, o Duque de Caxias, o grande cidadão. Cumpriu o último dever, pagando o tributo à morte, e o seu corpo pede descanso eterno. Abra-lhe, pois, os braços: aperta-o com estremelecimento ao generoso peito; ampara-o com carinho e entrega-o respeitosamente à natureza, acordando-a da imensa e majestática indiferença com a narração do quanto fez este varão no mundo como homem e como brasileiro".

O Sr. Cattete Pinheiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Permite V. Exa. associar-me à homenagem que, com tanto ardor cívico e patriótico, presta ao Duque de Caxias, o grande símbolo do soldado do Brasil. O magnífico discurso que V. Exa. pronuncia tor-

na, por certo, bem vivo o sentimento com que comemoramos data, tão significativa para a história da nossa Pátria.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço penhoradamente ao eminente Senador Cattete Pinheiro o seu aparte. O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Não quero que V. Exa. desça da tribuna sem registrar que V. Exa., no seu discurso, está construindo uma das maiores obras cívicas desta Casa. A homenagem ao Duque de Caxias deve ser uma constante neste País. Serão sempre muitas, mas serão sempre poucas para caracterizar a grande dimensão do valor do estadista-soldado. V. Exa. interpreta muito fielmente o pensamento do Senado Federal. O seu discurso, além de focalizar aquelas fatos marcantes que colocaram o Duque de Caxias no cenário da gratidão nacional, e também uma afirmação do seu exemplo digno de ser imitado pela nossa geração e pelas gerações porvindouras. Felicito e me congratulo com V. Exa. pelo seu brilhante pronunciamento que, como disse, é uma peça de rara formatura cívica, que dignifica e enaltece o Senado Federal.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço profundamente penhorado o aparte de V. Exa., eminente Senador Eurico Rezende.

Sr. Presidente — Senhores Senadores, tenhamos, para sermos dignos da gratidão das gerações vindouras, gravadas em nossos corações, as patrióticas lições do imortal brasileiro que, pela grandeza, felicidade e unidade da Pátria, iluminou os seus dias América com o fulgor da sua espada imaculada. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Embora Sr. Presidente, tenhamos ouvido, com o maior deleite, a conferência do nobre Senador pelo Estado do Rio sobre a figura de Luiz Alves de Lima e Silva, não deveria a Oposição silenciar quando o Brasil comemora o Dia do Soldado, encarnado na figura do Patrono do Exército, o Duque de Caxias.

Para nós, ele foi o mais civilista dos militares do Brasil — humano, probo, militar e antimilitarista por excelência. Para ele não havia duas nações: a nação militar e a nação civil. Acima de tudo e de todos, colocava os interesses superiores do Brasil e do Brasil indiviso, uno, soberano e eterno. Sempre teve a mística da Pátria. A ela tudo deu, a sua juventude como a sua velhice, a sua espada como a sua inteligência. As glórias deste mundo nunca o seduziram. Caxias não sofreu da vertigem das alturas. Barão, visconde, conde, marquês, duque, marechal do Exército, conselheiro de Estado e de Guerra, ministro e presidente do Conselho de Ministros por três vezes, nunca se deixou deslumbrar. O mesmo de sempre, para os grandes como para os humildes.

Seu nome é uma síntese admirável do vigor nacional. Nas lutas da independência, nos tumultos e revoluções da Regência, na pacificação das Províncias, na sustentação da nossa soberania no estrangeiro, nas nossas dissensões civis, ele, seguindo exemplos dos antigos batalhadores, antes de combater, oferecia a paz e, depois da vitória, tinha compaixão dos vencidos.

Em 1835, Farrapos era a convulsão que ensanguentava a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Caxias portou-se de tal modo naquela Província sublevada e convulsionada que conseguiu, após lutas heróicas e memoráveis, a pacificação e a preser-

vação da integridade territorial do nosso país.

Na Balaiada, no Maranhão, em 1838, conduziu-se com humanidade e conseguiu pacificar aquela grande Província do norte do país. Foi então agraciado com o título de barão.

Em 1812 revoltam-se São Paulo e Minas Gerais, duas grandes províncias cneitadas por Holanda Cavalcante e pelos Andradas.

Vencidos os rebeldes pelo Barão de Caxias, foram de logo anistaciados.

E diz-se que, pela sua intuição, anistia ampla foi decretada pelo auge supremo do nosso país. Na Guerra do Paraguai cobriu-se de glórias. Soube escolher os seus comandados. Quem não recorda os lances de extraordinária bravura do General Osório? Quem não recorda os fatos malavilhosos dos irmãos Fonseca, tendo a frente o Marechal Deodoro da Fonseca, aquele grande e inesquecível alagoano?!

Poderíamos citar inúmeros casos de guerra do Brasil que elevaram o nome da nossa Pátria, sob o comando do Duque de Caxias.

Quando Presidente do Conselho, e o foi por três vezes, o programa apresentado pelo Duque de Caxias foi o mais sintético de quantos revelados até então. O programa do Gabinete que ele presidia substanciava-se no manter a paz externa, sem quebra da dignidade dos direitos do Império, resolver as questões internas com ânimo desprevenido; desenvolver a educação e o ensino popular; promover auxílios à lavoura e a reforma eleitoral.

Todos sabemos de como as eleições processavam-se àquela tempo, de como o voto popular era burlado, de como as facções se degladiavam a base de uma legislação eleitoral falsa e falha. E o Presidente do Conselho se propôs, como já se propusera o seu antecessor, a resolver a grande questão eleitoral do País.

Falava-se também no voto direto das eleições diretas. A impressão que se tem é de que não houve muita modificação daquele para os tempos que correm. Com ânimo desprevenido, reconhecendo os direitos dos seus adversários, o Presidente do Conselho — que o foi por três vezes — assim se conduziu.

Sr. Presidente, quando estávamos em plena luta entre civis e militares, na denominada questão militar que deu, afinal, na República; quando os desentendimentos se generalizavam, o Marechal Deodoro da Fonseca — filho daquela alagoana maravilhosa que, quando lhe morria um filho, na defesa da integridade, da soberania do País, iluminava sua casa e rendia honras ao Poderoso, por ter tido a honra e a grandeza de ter filhos que lutavam pelo seu País, pela sua Pátria — Deodoro, recordando Caxias, naquela Carta ao Barão de Cotegipe, que o tornou mais célebre ainda na resposta máscula e varonil, dizia: "Se ainda visse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam".

O Brasil não estaria contemplando aquela luta inglória entre civis, de um lado, e militares, do outro lado, entre duas nações, entre dois poderes, porque, para Caxias, só havia um poder — era o poder nacional — e só havia uma Nação — era a Nação brasileira. Civis fardados ou militares em farda, todos deveriam colocar, acima dos interesses de classe, os superiores interesses da Nação brasileira. Era a filosofia do Duque de Caxias, muito bem absorvida por Deodoro, quando também, naquela carta, assim se pronunciava sobre o Exército:

"O Exército é o que sempre foi — leal e subordinado; não cuida de política e tem em vista, antes de tudo e por tudo, a grandeza da Pátria — e o que é mais — quando ela é sujeita a sorte das armas."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, homenageamos, na data de hoje, a grande figura daquele que tanto lutou pela integração deste País; homenageamos a grande figura daquele que, em sendo vitorioso, não tripudiava sobre os vencidos; proclamava o Governo ao qual servia à pacificação dos espíritos, inclusive pela anistia, porque reconhecia que todos tinham os mesmos direitos na defesa das suas idéias, dos seus pensamentos, dos seus princípios, desde que todos se colocassem a serviço do interesse comum, da Pátria comum, da Pátria de todos.

Na data de hoje, glória e honra ao Duque de Caxias, ao soldado brasileiro, o mais civil, o mais civilista de quantos soldados já pisaram a terra que todos nós amamos! (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Antes de passarmos à segunda parte dos nossos trabalhos de hoje, o Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento que se encontra sobre a mesa.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 737, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Os Senadores abaixo assinados, tendo conhecimento da morte do ex-Senador Carlos Alfredo Simch, requereu a V. Exª, nos termos regimentais, que sejam prestados ao ilustre riograndense e ex-Senador as seguintes homenagens:

a) inscrição em ata de um voto de pesar;

b) expedição de um telegrama a família do ilustre falecido transmitindo os sentimentos de pêsames do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1967. — Mem de Sá. — Aloysio de Carvalho. — Aarão Steinbruch. — Milton Campos. — Manoel Vilaga. — Wilson Gonçalves. — Carvalho Pinto. — Arnão de Mello.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Em votação o requerimento.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MEM DE SA:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o requerimento que acaba de ser lido tem por objetivo como bem se depreende de seus termos, prestar a homenagem devida e justa ao ex-Senador Carlos Alfredo Simch.

Foi um riograndense que exerceu e honrou o mandato de 1950 a 1954, pela correção de suas atitudes.

Pertenceu a uma família ilustre de professores. Seu irmão foi um dos maiores professores que a Faculdade de Direito teve. Ele não se formou em Direito, mas em Farmácia e Medicina, porém é curioso que tenha se formado na Faculdade de Salvador, na Bahia.

Sendo do Rio Grande do Sul, não ficou no Rio nem em São Paulo. Foi estudar na Bahia e de lá trouxe seu diploma, que nobilitou, através do exercício da profissão, cerca de sessenta anos.

Faleceu em idade avançada.

Sua vida foi completamente dedicada à coletividade e ao bem comum.

Foi professor do município onde exercia sua profissão.

Embora morasse em Porto Alegre, elegeu como foro profissional a Cidade de São Jerônimo, que é uma cidade pobre, de mineiros. São Jerônimo é o local das grandes minas de carvão no Rio Grande do Sul.

De modo que o exercício da medicina por Carlos Alfredo Simch em São Jerônimo, tinha mais de sacerdócio do que interesse material. Realmente ele dava muito mais que recebia, devido a que mais de 70 por cento da clientela eram constituídos de trabalhadores, homens pobres, impossibilitados de pagar.

A consequência disto é que ele se tornou chefe político. E o fenômeno, no Rio Grande do Sul, não foi nada singular, foi muito comum, o médico se transformar em chefe político e da oposição.

Carlos Alfredo Simch foi chefe político maragato, como o baiano João de Araújo Bulcão, que começou a exercer a medicina e, homem bom, extremamente humanitário, fez grande clínica.

Era independente, não precisava de emprego do Governo. Então, polarizava a corrente de oposição, de resistência ao Governo de então que era sabidamente duro no tratamento de seus adversários.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Carlos Mangabeira também era farmacêutico.

O SR. MEM DE SA — Carlos Mangabeira, farmacêutico em Bagé. Em Alegrete havia um outro médico cujo nome, de momento, me escapa. E assim, seguramente numa vintena de Municípios, o médico se tornava chefe político.

Com Carlos Alfredo Simch foi assim. Em consequência, se elegeu Prefeito mais de uma vez, no seu Município e, posteriormente, foi eleito Suplente de Senador e exerceu o mandato quase quatro anos.

Fora disso, viveu para a família e para seu Partido, em que foi de uma dedicação exemplar. Estava já etarado de toda atividades, há cerca de quinze ou vinte anos, e como um justo entregou a vida ao Criador, certo de haver dado a ela o melhor desempenho possível.

Foi útil à profissão, útil à coletividade, útil a seu Partido, útil à Democracia e útil à Pátria.

Rendo-lhe, neste momento, a homenagem da saudade e do apreço dos velhos libertadores do Rio Grande do Sul. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Ninguém mais pedindo a palavra, ponho a votos o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa associa-se à manifestação do Plenário, em homenagem ao ex-Senador Carlos Alfredo Simch, e tornará efetiva a providência adotada.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio
Milton Trindade.
Clodomir Millet.
Sebastião Archer.
Petrônio Portela.
Dinarte Mariz.
Ruy Carneiro.
Leandro Maciel.
Josaphat Marinho.
Eurico Rezende.
Aarão Steinbruch.
Gilbert Marinho.
João Abrahão.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) Estão presentes 38 Senhores Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado número 26, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcellos Torres que cria o Museu Diplomático do Itamarati e dá outras providências, tendo, parecer sob nº 383, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição por inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro-a encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

Será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 1967

Cria o Museu Diplomático do Itamarati, e dá outras providências.

Art. 1º É criado o Museu Diplomático do Itamarati, com sede no Palácio do Itamarati, no Estado da Guanabara.

Art. 2º O Museu, ora criado deverá ser instalado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a mudança definitiva da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, DF.

Art. 3º O Museu, que será administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, terá seu acervo constituído por documentos históricos da vida diplomática brasileira, bem como por móveis, quadros, tapeçarias e objetos ligados à história da nossa diplomacia.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta (60) dias após sua promulgação e, em igual prazo, nomeará Comissão composta de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Educação, da Academia Brasileira de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e por um Senador e um Deputado representantes das respectivas Comissões de Relações Exteriores, para selecionarem aquilo que, nos termos do art. 3º deva constituir o acervo do "Museu Diplomático do Itamarati".

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1967 (nº 2.884-C-61, na Casa de Origem) que altera a redação dos arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), tendo parecer contrário, sob nº 535, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

Será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 79, DE 1967

(Nº 2.884-C-61, na Casa de Origem) Altera a redação dos arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, Câmaras e Turmas, poderão ser opostos embargos infringentes de nulidade, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação, sempre que mantida, total ou parcialmente, a decisão condenatória."

§ 1º Opostos os embargos, o embargo terá o prazo de 5 (cinco) dias para impugnação.

§ 2º Concluídos os autos, o relator terá o prazo de 30 (trinta) dias para o julgamento do recurso.

Art. 620. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, Câmaras e Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de (dois) dias, contados da sua publicação, quando houver na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.

§ 1º Os embargos de declaração serão reduzidos em requerimento de o contestem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissivo.

§ 2º O requerimento será aprofundado pelo relator na primeira sessão do Tribunal, que o julgará indevidamente de revisão."

Art. 2º Esta Lei se aplica aos cursos cujos prazos não tenham expirado ou que tenham sido interrompidos anteriormente à sua vigência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 620 do Decreto-lei nº 3.681, de 11 de dezembro de 1941.

REGISTRAÇÃO CITADA DECRETO-LEI Nº 1.408, DE 18 SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil

Art. 833 Além dos casos em que permitem os arts. 783, § 2º, e 839, admitir-se-ão embargos de nulidade infringentes do julgado.

DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DEZEMBRO DE 1941

Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Decreto de 1941)

Art. 11. Já tendo sido interposto recurso de despacho ou de sentença as condições de admissibilidade, forma e o julgamento serão regulados pela lei anterior.

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, Câmaras ou Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias, contados da sua publicação, quando houver na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.

Art. 620. Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissivo.

§ 1º O requerimento será apresentado pelo relator e julgado, independentemente de revisão, na primeira sessão.

§ 2º Se não preenchidas as condições enumeradas neste artigo, o relator indeferirá desde logo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) A Mesa tem a seguinte comunicação a fazer ao Plenário:

Pelo Requerimento nº 721, de 1967, aprovado na sessão de 17 do corrente, foi criada uma Comissão de Senadores para representar o Senado Federal nas solenidades da Grande Exposição Pecuária que será inaugurada a 26 do corrente em Porto Alegre.

Para integrarem a Comissão foram designados, naquela sessão, os Senhores Senadores:

Daniel Krieger, Guido Mondim, Mem de Sá, Carlos Lindenberg, Wilson Gonçalves, Fernando Corrêa, José Ermírio, Argemiro de Figueiredo e Aurélio Viana.

Esta Presidência comunica ao Plenário que a designação será alterada, passando a Comissão a ser composta dos seguintes membros:

Daniel Krieger;
Guido Mondim;
Fernando Corrêa;
Aurélio Viana;
Carlos Lindenberg;
Wilson Gonçalves;
Celso Ramos;
Demício Gondim;
João Cleofas e
José Ermírio.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Esta Presidência recebeu o Ofício nº GP-0-615-67, de 23 de agosto de 1967, do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, dando sua aquiescência para realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, no dia 8 de setembro próximo, para receber a visita de Sua Majestade o rei Olavo V da Noruega e designando orador na solenidade o Deputado Tanerred Neves.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Há oradores instantâneo (fls. 2-4) dequenedada em critos.

Tem a palavra o nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, sexta-feira passada, dei eco, desta tribuna, ao clamor dos colégios e dos pais de estudantes pobres de minha terra, angustiados pelo atraso do pagamento das verbas para bolsas de estudo do ensino médio. Disse eu, então, que ao Senhor Ministro da Fazenda cumpria quanto antes liberá-las e que tudo já estava devidamente processado, os avisos ao Banco do Brasil, de autorização para dito pagamento, dormindo a sono solto, o sono dos injustos no goni-neta de S. Exa. Concluí manifestando a esperança de que os assinasse, a esses avisos, naquele mesmo dia, naquela mesma tarde, naquela hora, naquele instante, e argomentava com as próprias palavras do Governo em cujo programa se inscreve que "educação é essencial ao desenvolvimento".

Logo após haver deixado a tribuna, honraram-me com o seu apoio, a mim — soldado raso sem dragona — guerra nem assento na cúpula do Senado — os eminentes senadores Guido Mondim e Manoel Vilça, o primeiro integrante da Mesa e o segundo vice-líder do Governo, e as palavras dos dois nobres generais desta Casa deram volume e altearam a minha humilde voz para fazê-la chegar aos escanções superiores da administração.

Tive também, senhor Presidente, o apoio da Assembleia Legislativa do meu pequeno Estado e da Câmara de

Vereadores de Maceió, que, através, respectivamente, do Deputado Tarcisio de Jesus e do Vereador Diógenes Pacheco, ambos da ARENA, avaliaram as minhas razões e valorizaram o meu protesto.

Relevem-me, senhores senadores, que tome hoje mais alguns minutos da preciosa atenção de VV. Exas. para render a homenagem do meu respeito ao Senhor Ministro da Fazenda, que naquela tarde mesmo, pouco depois de eu haver falado aqui, liberou, para Alagoas e os demais Estados da Federação, os dois trimestres vencidos das verbas destinadas ao Ministério da Educação e Cultura, num total de NCR\$ 26.000.000,00.

Senador da ARENA, membro da bancada que apoia o Governo nesta Casa, não poderia eu, mesmo solidário com o Governo, excusar-me ao dever impetuoso de reclamar a S. Exa., não simplesmente pedindo, mas dada a angustiada situação alagoana, pedindo, protestando, o que era de justiça ao modo do padre Antonio Vieira, no seu celebre sermão de imprecacões. E o Senhor Ministro, com apurado sentimento do dever, rápido correspondeu aos nossos reclamos, aliviando as aflições dos que lutam no campo da educação pelo futuro do Brasil.

O episódio prestigia o Governo e o Senado, cada qual no rigoroso cumprimento de suas obrigações e, para bem da comunidade e da democracia, situados no plano da compreensão e do respeito mútuo. Ele me demonstra, tal episódio, como é útil ao homem público falar claro e alto, à luz do sol, especialmente se se trata do interesse coletivo e ainda que ligados pela solidariedade política e parlamentar e o titular do Poder Executivo.

E' evidente, por outro lado, no episódio, o apreço que a esta Casa dispensa o Governo, mesmo quando precisamos liberar verbas nesta magra e difícil época de tanta compressão financeira.

Vai bem, assim, o Governo, como vamos bem, assim nós, do Congresso. Repito que é servindo à Nação e a verdade que melhor servimos ao Governo e vou mais adiante: não podemos ser fiéis aos outros sem sermos fiéis a nós mesmos negando a nossa consciência, vale dizer negando-nos por completo. Não é difícil, aliás, o encontro de todos nós, guardadas as nossas diferenças de ponto de vistas se nos movem a todos os mesmos ideais e nos unem tantas semelhanças. Neste entendimento mantém-se, temos visto, o Senado, cujos pronunciamentos e cujas decisões às vezes surpreendem e emocionam porque tomadas até acima das posições partidárias.

Caminhará, neste passo, a Nação, mais tranquila e segura, como mais fortalecida ficará o regime democrático, e podemos dizer o Governo também. Submissão nunca foi colaboração, e esta, indispensável a quem governa, não se dá através do monólogo mas do diálogo. Afinal, há de pesar sempre, para a boa condução da coisa pública, a consideração, por parte do Poder Executivo, da importância das luzes da vivência política, que é saber de experiência, feito no contato, pelos anos a fora, com os homens e com os problemas, e fecundado pelos sofrimentos e pelas decepções tanto quanto pelas alegrias e ilusões — e o Senado é celeiro de homens públicos carregados de serviços ao povo e marcados das cicatrizes das batidas sem fim na defesa dos seus ideais, em todos os quadrantes, por mais línguos, deste país.

Fui, senhor Presidente, Governador do meu Estado, já lá se vão mais de quinze anos, e sei o que o exercício do governo, conheço o clima enganoso dos palácios: investido do mando o mortal ser humano, se, ao embalo

das alturas, bem não se acautela, vai cada vez mais distanciando-se das coisas terrenas, esquece o efêmero do poder, perde a noção dos valores e voga ao léu das surpresas, ao sabor dos imprevistos, folhas secas ao vento, sem a cobertura da realidade, pois que dela desligado. Eis, Senhores Senadores, porque, Governador tive sempre presente, nas minhas horas de maior euforia, como nas de recolhimento e meditação, a frase de São modéstia se impõe ao governante, corintios: "Quando estiverdes de pé, toma cuidado porque podés cair." A modéstia se impõe ao governante, como excedível elemento de segurança, e ela há de permitir-lhe que aceite a verdade e a franqueza para não ser surpreendido com as decepções e os fatos, que lhe minam a autoridade e chegam a tirar-lhe o poder.

Muito aprendi nos embates do dia a dia do governo, e uma das lições mais proveitosas que eles ahuri, constante e intensamente, foi que o amigo do governante não é o que com ele concorda sempre. Aprendi na própria carne, a duras penas, que concordância só é realmente apoio produtivo e benéfico se se matiza na liberdade de opinião, despojada do receto de desgostar e fortalecida pelo senso da responsabilidade.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. tem toda a razão, nobre Senador, de vez que não se pode confundir solidariedade ao Governo com aplausos irrestritos a qualquer ato seu. Do contrário, torna-se um ato de pura bajulação e o próprio Governo, governo consciente, certamente gostaria de contar entre os próprios elementos do partido que lhe dá apoio político, alguns que fizessem críticas altas para desviá-lo, muitas vezes, de caminhos errados que, em diversas ocasiões, tem tomado.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Exa., Sr. Senador Aarão Steinbruch, pelo seu aparte.

(Lê)

O amigo é amigo na medida em que não teme dizer a verdade e luta para evitar o erro, tanto como para fazer vitorioso o que lhe parece justo, mesmo que tenha de confrontar o líder e se exponha ao risco de amuá-lo. Se a oposição critica para derrotar o Governo, o amigo adverte para impedir a derrota. Na oposição podem-se identificar as motivações da paixão política e do espírito partidário, mas no correligionário é sempre a aspiração generosa da vitória comum que o impele quando não se ajustam com os do Governo os seus pontos de vista. E ainda que não se afirmem estes, ao final, procedentes, não merece menos respeito quem falou e agiu de bo-fé.

Há o governante de considerar adversários e correligionários, uns e outros, indispensáveis ao cumprimento de sua missão, e forrar-se das virtudes cristãs da paciência e da tolerância, alheio à injustiça dos julgamentos apaixonados, para obter quanto de positivo da participação deles no andamento dos negócios do Estado, pois a obra de governo, que beneficia a todos, de todos requer alguma coisa, não se satisfaz, para plenamente realizar-se, da contribuição de poucos apenas. Já Santo Tomás de Aquino frizava que "governo é missão da Providência" e que o lugar ocupado pelo governante nos seus domínios "é como o lugar que ocupa a alma no corpo e como o que ocupa Deus sobre todo o universo". Na transcendência dos seus deveres, para fazer face ao desafio das responsabilidades que lhe pesam e criar condições para responder ao clamor das necessidades, é imperativo especialmente ao governante convir em que, "no que concerne às coisas humanas, não devemos rir nem chorar, nem nos indignar, mas compreender". E, compreendendo, concluir que todos, correligionários e adversários, têm sua utilidade preciosa,

são elementos vitais ao trabalho pelo bem comum. Seria razoável escolhermos a cor dos cabelos dos operários de uma construção, se o que deles queremos é a energia física? E numa casa de residência, tanto como sala de visitas, ampla, iluminada e arejada, não são necessários também outros cômodos, grandes ou pequenos, e os próprios desvãos sombrios? A desigualdade faz a unidade, já lembrava o grande pregador, citando o exemplo das estrelas que, na infundível desproporção de umas para as outras, compõe a maravilhosa harmonia celeste.

Há de o governante orquestrar todos esses instrumentos humanos, integrando-os no serviço da comunidade, através da política, que é a arte de gerir a coisa pública. E não pense nunca em eximir-se da política imaginando dedicar-se de todo à administração, que incide em doce e perigoso engano. Não lhe será dado, de modo algum, desvincular-se da política, se quer realmente empreender e bem governar. Bom conselho teve em Haja Rui Barbosa de frisar que a política é tudo, está em tudo. Para o homem de governo ela é ainda mais: é a sobrevivência mesma. Cravam-se na política as matrizes da obra administrativa, como as bases da própria segurança e permanência do poder público. Ou isto, ou o governante vê minguada a sua força, transferida a outrem a fonte da autoridade.

Para contar com apoio político, não de ser o governante continuamente todo antenas às reações que possam seus atos provocar não apenas entre os correligionários mas entre os adversários e até no meio dos indiferentes, cujas preocupações lhe cumpre atrair ao bem geral, tanto o apoio e o entusiasmo de uns, a oposição e a paixão dos outros e as atenções e opiniões dos últimos lhe orientam a caminhada como as estrelas aos navegantes no alto mar.

Nunca será possível, ao governante, para o exato desempenho de suas tarefas, mobilizar as próprias energias, acordar aquelas que dormem no seu ser, despertar forças ignoradas do povo cuja presença militante faz florescer as esperanças e incentivar o progresso, sem o encontro da consciência da sua vocação com a consciência coletiva, sem o bom entendimento da sua inspiração íntima com os apelos da realidade presente e os acenos do futuro, sem o diálogo da sua voz interior com as circunstâncias e os acontecimentos. Tem ele necessidade tanto da sua confiança e da sua fé em si mesmo, da convicção subjetiva, como da confiança do próximo, da confiança pública. Mas esta não lhe será assegurada se os seus atos e palavras não refletem verdadeiramente as aspirações populares, não sincronizam com a alma coletiva, não se identificam com os interesses gerais. E a captação desses anseios e sentimentos não se consegue à gélida temperatura das solidariedades impostas mas ao calor fervente dos entusiasmos e das paixões lastreados pela liberdade de manifestar o pensamento de acordo com a consciência. A voz das ruas, que informa e orienta, e não nos palácios antes pelas discordâncias do que pelas concordâncias, e é, afinal, a controvérsia que conduz ao esclarecimento — vá lá o lugar comum.

A construção, a renovação, a criação hão de ser, para o governante, um bombeamento permanente, erigido de trepeços, espinhos e perigos, tempestuosos, imprevisíveis. Mas, convenhamos em que os impecilhos, os embaraços, os obstáculos, por mais incômodos, são antes estímulos para o governante, bem assim as incertezas, que o premunem dos sonhos e dos enganos das certezas e das utopias. As resistências que se lhe antepõem, as suas vontades e planos, espicacam-lhe o ímpeto e reforçam-lhe a capacidade de realização tanto de sua personalidade como de seus projetos. Nos tumultos mesmos das lutas, se lhe en-

rijece a fibra, animam-se-lhe as energias. A pressão das hostilidades, amargas, dolorosas, como o impacto dos sofrimentos, serão afinal forças de propulsão que lhe inspiram, nutrem, incentivam e mobilizam o poder criador.

O homem de governo é tanto mais forte quanto mais possa suportar a crítica apalxonada, e nesta atitude se lhe evidencia a maturidade nas suas justas medidas. E preciso mesmo que se defronte com forças antagônicas para mais seguramente atuar pelo comum. Elas lhe darão melhor o sentido do humano; impedem que, nas alturas do poder, ele suba aos céus, se divinize, se desajuste da realidade; ampliam-lhe, essas forças, a visão e o defendem até contra si mesmo, contra as miragens que brotam do relêvo das posições de mando.

Realmente, influi a crítica de maneira decisiva no êxito dos governos. Se o escritor e o artista precisam de liberdade para produzir e criar, o governante, para o cumprimento das suas tarefas, necessita não somente da sua própria liberdade, mas também da cooperação da liberdade dos outros, pois exatamente no debater idéias e ações é que se apura e define o bem geral.

Não se imagine, antes pelo contrário, que as dificuldades para governar desapareçam com a extinção da liberdade de crítica e a exclusão do povo da escolha dos seus representantes. Não são propriamente as diferenças, mas as indiferenças que perturbam e debilitam o governante. O vazio que se lhe faz em torno pelas omissões, demissões e renúncias não o fortalece, antes o enfraquece. Um governo de força, sem mandato, cuja permanência dependa exclusivamente da boa vontade do menor número e da sustentação e tolerância das armas, nunca terá mais autoridade e mais eficiência para empreender do que um governo de período fixado, baseado no voto. Ditatorial, ele será apenas o poder, inseguro, assustado nos temores do ansioso, desorientado pelas dúvidas do solitário, presa das amarguras das angústias, marginalizado, afastado da cooperação coletiva e escravo do privatismo, fincado na areia movediça de um ténue acôrdo de vontades, esteado e micuncunstanças fortuitas e sujeito ao vaivém das intrigas, dos interesses nem sempre confessáveis. Baseado no voto, será governo livremente constituído, tranquilo, de prazo certo, olhando o seu dia de amanhã como uma incógnita, uma interrogação, dependente desta ou daquela vontade individual, mas como um direito do povo.

Se se argumenta que governos antidemocráticos construíram, cumpre então admitir que poderiam ter construído muito mais se para acioná-los houvessem recebido a cooperação da crítica. Manter a Nação sob o toque de silêncio, sem a seiva da colaboração coletiva, não é garantir o prestígio do governo nem assegurar-lhe a eficácia da ação, mas promover a resistência passiva e criar e incentivar correntes subterrâneas de revolta e desespero, material combustível pronto a explodir.

Certo, a liberdade não nutre só por si o ser humano: é com o desenvolvimento e a justiça social que se assegura o bem-estar. Mas o desenvolvimento sem a liberdade é a insatisfação, a amargura, a inquietação espiritual, a frustração, dentro da iludida, e jamais será desenvolvimento como deve ser, desenvolvimento global.

Senhor Presidente, o tema é fascinante, por ele deixei empolgar-me, mas não era hoje o objeto da minha presença nesta tribuna. Vou terminar. Contratulo-me com o Governador Costa e Silva pela atitude do senhor Ministro da Fazenda — atento aos reclamos do Senado — e os votos que formulo são no sentido de que ajaz do mesmo modo os demais Ministros, aceitando a nossa colaboração, que todos estamos no mesmo barco e olha-

mos na mesma direção: o bem estar do povo e o desenvolvimento do país. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Com a palavra o nobre Senador Mário Martins. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, fundadas e fundamentadas razões tínhamos quando apelávamos para a Presidência do Senado no sentido de colocar em regime de urgência o projeto oriundo da Câmara dos Deputados, de autoria do nobre Deputado Paulo Macarini, da representação catarinense daquela Casa, que determina o congelamento dos alugueres pelo prazo de dois anos, não incluindo na elevação das locações o aumento, por ventura concedido ao trabalhador, do salário mínimo.

Fundamentadas razões sim, Sr. Presidente, de vez que a proposição que veio da Câmara dos Deputados e obteve a unanimidade dos votos dos seus pares já aqui se encontra, há muitos meses; com pareceres favoráveis de duas Comissões técnicas desta Casa — a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Economia.

Fundamentadas razões — repetimos — porque ainda antecorrem o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o Art. 5º do Decreto-lei nº 322, baixado pelo Sr. Presidente da República, muito embora em funcionamento o Poder Legislativo; argumentando que o fazia em razão de interesses da segurança nacional.

Pois bem. A egrégia Corte decidiu que o Art. 5º do referido diploma era inconstitucional. Diz ele respeito à possibilidade de purgação da mora por parte do locatário. Declarou inconstitucional o Art. 5º por entender que não tinha a Proesidência da República competência para baixar decreto-lei a não ser nos estritos termos da Constituição Federal vigente, ou seja, que a Lei do Inquilinato, pelo menos no art. 5º, não diz respeito a segurança nacional.

Declarou inconstitucional esse artigo porque houve provocação da parte interessada. Mas se amanhã, Sr. Presidente, chegar às portas do excelso pretório qualquer interessado, por via de consequência o STF terá que decidir também que todo o contexto do Decreto-lei nº 322 é inconstitucional.

Quero culpar o Congresso Nacional porque teve tempo suficiente para legislar sobre a matéria. Mesmo a Oposição, quando foi baixado esse decreto-lei, levantou a tese da sua inconstitucionalidade, eis que não era possível ao Presidente da República baixar decretos-leis daquela natureza.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. uma intervenção?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Menos para realçar pronunciamento que tive nesta Casa do que para assinalar a atitude vigilante dos Parlamentares cumpre ver que, quando o Presidente Castello Branco, pela primeira vez, invocou motivos de segurança nacional para regular matéria relativa a alugueres, nesta Casa se protestou.

O Sr. Aarão Steinbruch — Realmente.

O Sr. Josaphat Marinho — ... arguindo-se exatamente a inconstitucionalidade da medida e sua incompatibilidade com a noção jurídica de segurança nacional.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas, nobre Senador Josaphat Marinho, se realmente se proclamava a inconstitucionalidade, não só desse diploma legal como dos anteriores baixados pelo Presidente Castello Branco, cumpria o Congresso Nacional sanar a lacuna e legislar sobre o assunto. Vou apontar dois fatos apenas, para mostrar a gravidade da situação que defrontam, hoje, o inquilino e o senhorio.

Se o Decreto-lei nº 322 for declarado inconstitucional, ressurgirá aquele percentual que o senhorio deverá pagar sobre o aluguel recebido, para subscrever as letras imobiliárias do Banco Nacional de Habitação que o art. 6º — se não me falha a memória — do referido diploma legal revogava. E também as Caixas Econômicas que, por força de alguns desse decreto-lei, teriam que destinar 40% de sua receita, para financiamento ao inquilino para aquisição de casa própria, não poderá mais fazê-lo por força da derrogação desse diploma legal.

O que é mais grave, Sr. Presidente e daí o apelo que faço para que se coloque este projeto na ordem do dia, porque os prazos já se encontram mais do que esgotados e quando esses prazos se esgotam preconiza o Regimento que a Presidência tem o direito e a prerrogativa de incluí-los em ordem do dia — sem que as Comissões opinem sobre o assunto — o mais grave, repito, é que se o Decreto-lei nº 322 for revogado, ressurgirão os efeitos da lei anterior determinando que toda vez que houver aumento do salário mínimo, haverá aumento de alugueres na mesma proporção, mais o fator K, que representa 30%, que o Decreto-lei aludido reduzira para 10%.

Com a declaração de inconstitucionalidade desse decreto-lei, os inquilinos terão de pagar não só o aumento correspondente ao aumento do salário mínimo — 25% — mais 10% do referido decreto e mais o índice do fator K, representando um aumento total de mais de 60% do aluguel, o que constitui um fator de verdadeira calamidade pública.

Termino Sr. Presidente, esperando que V. Exa. inclua na pauta dos nossos trabalhos da próxima semana, o projeto de lei do inquilinato que suaviza a situação atualmente reinante. — (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Mello Braga. (Pausa.) S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez vim a esta tribuna para tratar, com tristeza, de Assuntos da Amazônia. As autoridades do Poder Executivo têm feito proclamações que, pela leitura da simples manifestação, podem entusiasmar pessoas com menor vivência dos problemas da Amazônia, uma vez que os Srs. Ministros proclamam a necessidade de a coletividade brasileira tomar consciência daqueles problemas. No entanto, os fatos, as medidas adotadas não correspondem às manifestações, o que é, expressamente, sintetizado na proposta orçamentária para 1968, onde, para atender às necessidades da região que, por lei, exige e tem direito a uma participação mínima de três por cento sobre a arrecadação federal, destina, para atender ao cumprimento do dispositivo legal, apenas a terça parte do que a legislação estabelece. Enquanto que, pela legislação exis-

tente, obrigatoriamente o orçamento federal deveria consignar a importância de trezentos milhões de cruzeiros novos, para atender ao programa da SUDAM e do Banco da Amazônia, o orçamento federal destina menos de um terço desta dotação orçamentária estabelecida por lei, como o mínimo, para a Amazônia. Nas realizações de despesas do Governo Federal nestes dois setores, destina importância inferior a cem milhões de cruzeiros para toda a Amazônia, a fim de atender a SUDAM e o Banco da Amazônia.

Há como que um subterfúgio na interpretação dos dispositivos legais. A legislação que o Governo Federal baixou relativamente à Amazônia, englobando aquilo que, enfaticamente, denomina "Operação Amazônia", foi proveniente de projetos elaborados no Ministério do Planejamento e convertido em lei em fins de 1966.

Logo em seguida, veio o Projeto de Reforma Constitucional que ficou omissivo num dispositivo da Constituição de 1946, qual seja o de vincular, expressamente 3% da receita federal à Amazônia.

Alguns intérpretes da nova Constituição alegam que não tem sido repetido esse dispositivo na Constituição nova, dizendo não haver obrigação de destinação de 3% para a SUDAM.

Somos dos que acham que laboram em profundo equívoco os que assim raciocinam, uma vez que a nova Constituição Federal, em absoluto, não proíbe a vinculação de percentual da receita para atendimento dos programas da SUDAM, e mesmo da SUDENE.

O que a Constituição expressamente veda no seu art. 65, § 3º é a vinculação total do tributo, a vinculação total de toda a arrecadação de determinado tributo. E confirmando esta interpretação ali, expressamente dá as exceções, quando vincula, para um fundo de formação de reservas monetárias, toda a arrecadação proveniente do imposto de exportação de produtos para o estrangeiro e o imposto de operações de câmbio, créditos, seguros relativos a títulos de valores imobiliários.

O mesmo se dá com a arrecadação desses dois impostos, como prevê a Constituição na forma do art. 22, § 3º, é vinculado à formação de reservas monetárias, estabelecendo a Constituição as próprias exceções permissíveis. Não há nenhuma restrição à vinculação de parte da receita e isto é ainda mais confirmado quando, pelo artigo 26 dessa mesma Constituição, 10% da receita do imposto sobre produtos industrializados e do imposto de renda, são destinados à constituição de Fundos de Participação dos Estados e de Fundos de Participação dos Municípios.

Verificamos, assim, que a própria Constituição faz destinação de determinada percentagem de receita para certas aplicações. Assim sendo, somos dos que entendem que prevalecem, em toda a plenitude, os dispositivos das Leis ns. 5.173 e 5.174, que vinculam expressamente 2% da arrecadação para o programa da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e 1% para fundos que constituem os recursos do Banco da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazemos um apelo veemente ao Executivo, dadas as proibições estabelecidas na atual Constituição, referentemente a iniciativas de emendas parlamentares, para que promova imediatamente a retificação da proposta orçamentária e a adote, e que o Executivo seja o primeiro a cumprir a lei a cujo cumprimento ele próprio, Executivo, obriga todos os cidadãos do país; seja ele o primeiro a dar, exemplo, respeitando aquilo que os recentes, leis que não são de governos anteriores à revolução, mas leis do governo da revolução que procla-

mam como uma das soluções da Amazônia — a chamada Operação Amazônia, que no nosso entender nada mais é do que a simples codificação de toda uma legislação expressa anteriormente existente, mas que tão enfaticamente tem sido proclamada como a forma que o Executivo encontra para solucionar os centenas de problemas da região amazônica.

Então, que o próprio Executivo cumpra a legislação recentemente baixada, por sua iniciativa e elaborada no Ministério do Planejamento. Que seja cumprida integralmente essa legislação, dando os recursos que a própria lei estabelece como necessários, como indispensáveis ao plano de trabalho da Amazônia.

Nos orçamentos anteriores, embora todas as dotações orçamentárias fossem cortadas posteriormente pelo chamado Plano de Economia — que nada mais é do que uma maneira de mascarar a incapacidade das autoridades monetárias e financeiras do país cumprir o orçamento na sua plenitude, fazendo face a um déficit o qual não tem capacidade de solucionar por outra forma — mas mesmo assim, anteriormente, as dotações orçamentárias eram consignadas integralmente em cumprimento de dispositivos legais, na própria orçamentária. Depois vinham os cortes. Sabemos que, no ano que vem, como ocorreu neste ano, haverá cortes sendo que esses cortes vão ocorrer em uma dotação que será reduzida a 1/3 do que devia ser. Então veremos que a Amazônia estará reduzida, para a execução do seu vasto programa de recuperação de terra e do homem a uma parcela ínfima, insignificante da dotação orçamentária de que precisa e que as leis estabelecem como mínimas.

Além disso há o remanejamento da dotação orçamentária nos respectivos orçamentos.

Há poucos dias os jornais publicaram, como uma notícia alvissareira vinda de Recife, naquela ocasião em que o Presidente Costa e Silva transferiu a administração para a Capital do Nordeste, que o Ministro do Interior destinara a importância de 17 milhões de cruzeiros novos à RODOBRAS, para o asfaltamento da Belém-Brasília. Aparentemente, uma grande notícia para a Amazônia, mas o seu conteúdo traduz o que isto representa até de prejuízo à Amazônia, uma vez que esses 17 milhões não são provenientes de crédito especiais, não são provenientes das dotações orçamentárias federais para a construção ou asfaltamento de estradas, mas simplesmente o remanejamento em virtude de cortes nas dotações orçamentárias já consignadas para o atendimento de outros órgãos, eliminando a possibilidade da programação de trabalhos na Amazônia, e mais do que isso, em prejuízo de Estados da Amazônia, para compensar outros. Por exemplo, a Belém-Brasília, de extraordinária importância para a Amazônia — jamais negamos isso — não tem nenhuma importância para o Estado do Amazonas, para o Estado do Acre, para o Território Federal de Roraima, para o Território Federal de Rondônia. Entretanto, essas quatro Unidades da Federação vão ter dotações orçamentárias destinadas a órgãos específicos da SUDAM desviadas para o asfaltamento da Belém-Brasília.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Pena que o Plenário esteja hoje com número muito menor do que aquele que aqui costuma comparecer com assiduidade, para que todos ouvissem a dissertação que V. Exa. faz com segurança, com apuro, com equilíbrio e com espírito patriótico. Os problemas da Amazônia são, na ver-

dade, problemas do Brasil, como também o são os do Nordeste. A economia dessas regiões interessa tanto, deve interessar tanto ao Governo federal quanto a economia dos Estados, já desenvolvidos, da zona sulina. Mas devemos confessar aqui: o Governo certamente cometeu um erro na elaboração do Orçamento, no sentido da planificação geral e da distribuição de verbas na criação do tal Orçamento plurianual, traçando planos de administração cuja execução irá depender de mais tempo. O grande erro, o grande crime — se assim posso exprimir-me — foi nosso, foi do Congresso Nacional, foi daqueles que rejeitaram ou que extinguíram da Constituição de 46 a vinculação de verbas, que assegurava às nossas regiões importâncias determinadas, exatas, e não deixando ao arbitrio do Governo reduzi-las ou extingui-las. Foi o grande mal. As votações no Congresso — permita-me V. Exa. posarmos, a nós próprios em coisas dessa ordem — quando se trata de votação de caráter político-partidário, quando se trata de problema que interessa a nossas organizações partidárias na verdade, cada um de nós deve manter os seus compromissos, ficar nos seus postos e votar de acordo com os princípios da disciplina e em função do programa partidário que cada organização tem. Mas, quando se trata de interesse público, interesse nacional, não devemos olhar Partidos, não devemos ouvir orientação partidária nem de chefe nem de Presidente da República nem de assessores do Presidente, nem de Ministros. Devemos examinar, com a autoridade plena que cabe ao Congresso todos os problemas em seus detalhes, e fazer aquilo que o interesse público reclama, mas fazer em unidade, sem pensamento político-partidário, muitas vezes votando-se violentando a própria consciência para dar demonstração de apoio e solidariedade àqueles que governam a Nação.

Precisamos mudar a mentalidade, sobretudo nesta Casa, que já se vai encaminhando para isso: precisamos olhar os problemas de interesse público nacional superpondo-se aos interesses de caráter partidário. Assunto dessa ordem nunca deveria ser votado em obediência a lideranças ou tendo em vista a liderança pessoal de Presidente da República ou de Ministros; deveria ser votado em função da nossa consciência do nosso pensamento — nós, que temos vivência real, que conhecemos todos os problemas da nossa Região e sabemos quais são suas verdadeiras necessidades. A desvinculação das verbas — quero concluir — estabelecidas na Constituição de 46 para o desenvolvimento da Região Amazônica, do Nordeste, e também do São Francisco — quero repetir o termo para frisar mais meu protesto contra a atitude do Congresso — foi criminosa.

O SR. DESIRE GUARANI — Agradecendo sobremaneira o aparte de V. Exa., Senador Argemiro de Figueiredo, quero consignar a minha satisfação em ouvi-lo, mesmo porque não apenas nesse aspecto, mas especialmente no aspecto da posição que V. Exa. tomou contra o falso ou pretensão, exagerado tecnicismo, quando se implantava a SUDENE, tomou uma posição definida. E, V. Exa., com essa posição, não só nesse aspecto como em outros, é o meu Líder. Sou um liderado absoluto da posição de V. Exa., porque é preciso que se enfrente até o exagerado tecnicismo que procura menosprezar o interesse regionalista, que procura menosprezar o apelo às soluções regionais.

O antigo Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, em artigo publicado em "O Estado de São Paulo" de 20 de junho de 1967, procura exagerar esse menosprezo, dizendo textualmente que foi assaltado da maior melancolia quando verificou

que a maioria das emendas apresentadas ao Projeto de Constituição de 1967, tratava de assuntos de caráter fisiológico e não de assuntos de natureza filosófica — naturalmente dentro da filosofia dele que, extremamente, só considera certo aquilo que reza pela sua cartilha.

Admiro e participo da posição de V. Exa. Devemos erguer a nossa voz contra o exagero tecnicista, o exagero de uma programação orçamentária que não atende aos interesses de nenhuma região.

O Sr. Clóvis Maia — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com toda satisfação.

O Sr. Clóvis Maia — Entendi, perfeitamente, a tese que V. Exa. defende, com relação às vias de comunicação da Região Amazônica. Realmente, há séculos nota-se, neste País, a disparidade de desenvolvimento entre Norte e Sul. Talvez seja este o motivo da diversidade tão grande de cultura entre as várias regiões. Enquanto no Sul temos telex, na Região Amazônica não dispomos do simples processo Morse. Os telegramas são encaminhados dos municípios para outros Estados, por via aérea e até por navio. Dai entender eu os termos de V. Exa. Enquanto se procura asfaltar a Belém-Brasília, de fato empreendimento necessário ao desenvolvimento do País — e isto ninguém nega — há regiões que não possuem sequer caminhos de serviço, como acontece em todo o Estado do Amazonas. Creio que este fato tu, que V. Exa. se quis referir. Deveria haver uma planificação, um programa geral, generalizado, a fim de que umas regiões não ficassem tão isoladas enquanto outras dispõem de meios de comunicação mais modernos, como se houvesse dois Brasis. Esta a opinião minha, mas não pessoal; é a opinião do Estado do Acre, que, infelizmente, não possui ainda, sequer, uma estrada ou um caminho de serviço que o ligue às regiões do Sul do País, o que constitui verdadeiramente absurdo no Século XX. Era o que desejava dizer, nobre Senador.

O SR. DESIRE GUARANI — O aparte de V. Exa., nobre Senador Clóvis Maia, traduz com toda fidelidade, a angústia em que vive toda a população do Acre, afastada, naquele extremo da Amazônia Ocidental, e sem as comunicações de que necessita para melhor se utilizar dos processos de desenvolvimento em outras regiões do nosso País.

Terminando, Sr. Presidente, desejamos fazer um veemente apelo ao Executivo, no sentido de que não permita mais que seus intérpretes, seus porta-vozes venham com sutilezas de interpretação de leis, que não subsistem a uma análise mais profunda em face da atual Constituição. Deixem eles de, simplesmente, procurar dar restrição na aplicação da legislação que exige o pleno emprego de 3% para a Amazônia, utilizando-se de dispositivos da nova Constituição que, em absoluto, não permitem a interpretação no sentido de que esta exigência foi eliminada, uma vez que não há dispositivo da Constituição que impeça a vinculação de parte da Receita a determinados programas de trabalho. A própria Constituição dá exemplos disto, vinculando parte da Receita de alguns impostos para que constitua fundos especiais para assistência a Estados e Municípios.

Ainda mais, que retifique a proposta orçamentária, fazendo consignar esta dotação orçamentária, ou então, que esclareça, de forma positiva, sobre a impossibilidade financeira do Tesouro em dar cumprimento a estes dispositivos legais. Se o Tesouro tem capacidade financeira para atender ao cumprimento dos dispositivos que estabelecem, taxativamente, a aplicação de recursos da Amazônia, no mínimo de 3%, o Executivo não o cumpre

Não deixaremos, pois, em momento algum, de protestar contra tal desrespeito do Executivo, no cumprimento de lei recente. Apenas, deixaremos de fazê-lo se o Executivo demonstrar, de forma cabal, que se encontra na impossibilidade financeira de atender ao cumprimento desses dispositivos legais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmund Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Clóvis Maia.

O SR. CLÓVIS MAIA.

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, dia 12 do corrente, na companhia dos nobres Senadores Catete Pinheiro e José Leite, tive a grata satisfação de visitar as obras da Usina Hidro-elétrica de Cachoeira Dourada, no vizinho Estado de Goiás, atendendo a gentil convite de S. Exa. o Governador daquele Estado, Dr. Otávio Lage.

Devo confessar que realizei velho sonho, acalentado desde a infância: o de conhecer uma obra tão espetacular e tão brasileira, motivo de orgulho para todos nós, que almejamos ao nosso país ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento.

O ensejo foi, de fato, magnífico, pois tivemos a oportunidade rara de percorrer todas as dependências de um dos conjuntos prestes a ser inaugurado. Rara porque em breve as águas do Paranaiá invadirão os túneis afunilados que as levam às turbinas, a quarenta metros abaixo do nível do rio.

Acompanhados e orientados pelos engenheiros daquela cidade de túneis, escadas íngremes e precipícios de concreto, chefiados pelo Engenheiro Henrique Coe, sentimos realmente pulsar em nossos corações o amor à nossa Pátria e a crença no valor do brasileiro.

Cachoeira Dourada, com sua capacidade planejada de 400.000 quilowatts, levará as terras do Planalto Central — esta região que não é mais do futuro, e sim do presente — a energia indispensável para o seu desenvolvimento.

De parabéns está, também, esta maravilhosa Brasília. Ela recebeu de Cachoeira Dourada energia suficiente para prover o seu acelerado desenvolvimento e manter acesas as extraordinárias formas arquitetônicas de Oscar Niemeyer.

Não poderia terminar este rápido comentário sobre a visita, sem fazer referência à firma ASTEC. Esta firma tem instalado em Goiânia um Computador Eletrônico que tem prestado inestimáveis serviços ao Governo do Estado e a outras firmas particulares. Trazer um computador eletrônico para o planalto central é sem dúvida, uma extraordinária demonstração de confiança no futuro da região. E não apenas isso: uma confiança extrema nos técnicos de Goiás. Tivemos oportunidade de ver rapazes, quase meninos, operando aquela complicada máquina, que necessita de elevados conhecimentos técnicos para seu real aproveitamento.

Ao terminar este rápido relato de nossa visita a Goiânia e Cachoeira Dourada, faço-o como brasileiro que só deseja ser brasileiro e também como sincero agradecimento às gentilezas a nós tributadas.

Confesso que tive orgulho e desejo, ao contemplar tão importante empreendimento.

Desejo de um dia, também ver realizado o sonho dos acreanos, qual seja de construir sua hidro-elétrica de Cachoeira de Ituxy, com capacidade de 50.000 kws, cujos estudos já há muito tiveram início e que se encon-

tram, presumivelmente à espera de melhores dias.

Que este meu sonho não permaneça na sua grandeza e se transforme em realidade um dia, que será radiante para os acreanos.

Nossos sinceros parabéns aos idealizadores e executores daquelas magníficas obras que visitamos. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE AGOSTO DE 1967

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1967, que

suspenda a execução da Resolução nº 148, de 17 de janeiro de 1955, da Câmara Municipal de Niterói (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu parecer nº 530 de 1967).

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 62, de 1967, que suspende a execução do artigo 3º da Lei nº 7.687, de 14 de janeiro de 1963, do Estado de São Paulo, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 531, de 1967).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão:

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 35 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE AGOSTO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 213, IV da Resolução nº 6, de 1960, resolve suspender por três (3) dias Antônio Soares, Motorista, PL-10, funcionário do Quadro Anexo, por ausentar-se do local de trabalho sem conhecimento nem permissão de seu superior hierárquico conforme comunicação da Dirigente do Quadro Anexo.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de agosto de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 55, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 222 da Resolução nº 6, de 1960, resolve designar Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito Administrativo, incumbida de apurar a responsabilidade e as causas do acidente havido com o auto do Senado, placa nº 80-25, nas imediações de Formosa GO — dirigido, sem autorização superior, pelo Motorista, PL-10, Oswaldo Cesarino Rosa, bem como avaliar os danos sofridos pela viatura.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de agosto de 1967. — Senador Edmundo Levy, 1º Secretário, em exercício.

O Senhor Primeiro Secretário Defere, nos termos do art. 88 da Resolução nº 6, de 1960, o seguinte requerimento de prorrogação de prazo para pôsse por 30 dias:

DP-549-67 de João Conrado Lateta de Oliveira, nomeado para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10.

Concedeu, nos termos do art. 270, item II da Resolução nº 6-60, e de acordo com o respectivo Laudo Médico, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Jorge Manoel de Azevedo, Taquígrafo de Debates, PL-3, no período de 5 a 30 de junho de 1967, num total de 26 dias em prorrogação (DP — 525-67);

Flávio de Almeida Salles Júnior, Pesquisador de Orçamento, PL-10, no período de 21-5 a 30-6-67, num total

de 41 dias em prorrogação (DP — 527-67);

Helena Colin, Oficial Arquivologista, PL-3, no período de 13 de junho a 11 de agosto de 1967, num total de 60 dias (DP — 536-67);

Armando Bispo dos Santos, Contínuo, PL-12, no período de 19 a 31 de maio de 1967, num total de 13 dias em prorrogação (DP — 524-67).

Secretaria do Senado Federal, em 11 de agosto de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1967

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá, Lino de Mattos e Duarte Filho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Duarte Filho a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Duarte Filho lê parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1967, que "Autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá."

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1967

As 16.30 horas do dia 24 de agosto de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Mil-

ton Campos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Antônio Balbino, Antônio Carlos, Josaphat Marinho, Bezerra Neto, Wilson Gonçalves e Rui Palmeira, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende, Petrólio Portela e Carlos Lindenberg.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente comunica que de acordo com o Regimento, a sessão será secreta e dá a palavra ao Senador Aloysio de Carvalho para relatar o Ofício nº 260-67-R do Senhor Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para o prosseguimento da Ação Penal nº 179, no Estado da Guanabara.

Reaberta a sessão, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Josaphat Marinho que apresenta seu parecer ao substitutivo da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 7-67 (Lei Complementar) Regula a execução do disposto no artigo 16, § 2º, da Constituição Federal, concludo pela rejeição da emenda substitutiva salvo quanto ao § 3º do art. 2º que considera incorporável ao Projeto aprovado pelo Senado.

Submetido à discussão e votação o parecer e aprovado, votando com restrições o Senador Antônio Carlos, que faz a seguinte declaração de voto: com ressalva de, no plenário, examinar a conveniência de se incluir, no projeto do Senado, a norma constante do artigo 6º e seu Parágrafo único, da Emenda substitutiva da Câmara.

O Senador Wilson Gonçalves relata o projeto de Lei do Senado nº 36-67 — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal, concludo pela sua constitucionalidade e juridicidade, sendo aprovado por unanimidade.

A seguir, o Senador Rui Palmeira lê seu parecer a consulta do Senhor Presidente do Senado a respeito da interpretação a ser dada ao art. 58, Parágrafo único, da Constituição Federal, apresentando as seguintes conclusões: 1) O prazo de 60 dias para aprovar ou rejeitar o decreto com força de lei, expedidos pelo Presidente da República, conta-se a partir da publicação do texto do Diário Oficial; 2) O Congresso Nacional discutirá e votará a matéria em reuniões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; 3) A deliberação do Congresso será objeto de Decreto-Legislativo.

O parecer é aprovado unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista incumbida do estudo e Parecer do Projeto de Lei nº 3, de 1967 (CN), que "Dá nova Redação ao Art. 3º, Inciso III, da Lei número 3.381, de 24 de abril de 1958."

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1967.

As quinze horas e trinta minutos do dia dezoito de agosto do ano de mil

novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Finanças, do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Deputado Alberto Hoffman, Presidente em exercício, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Carlos Lindenberg, Flávio Brito, Guido Mondim, Aarão Steinbruch, Desiré Guarani, Josaphat Marinho e os Senhores Deputados Vasco Filho, Luna Freire, Martins Júnior, Raimundo Diniz, Nunes Leal, Athié Couri, Bernardo Cabral e Parente Frota, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer do Projeto de Lei nº 3, de 1967 (CN), que "dá nova redação ao artigo 3º, inciso III, da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958", para apreciar o parecer do Relator sobre a matéria.

Deixam de comparecer a reunião, por motivo justificado, os Senhores Senadores Rui Palmeira, Petrólio Portela, e Mário Martins e os Senhores Deputados Waldir Simões e Dias Menezes.

É dispensada a leitura da ata anterior, e em seguida e dada como aprovada.

Preliminarmente, pelo Sr. Presidente, são lidas as seguintes comunicações:

— do Sr. Senador Aurélio Vianna, líder do MDB, comunicando a substituição do Sr. Senador José Ermirio pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch;

— do Sr. Deputado Oswaldo Zanelli, Vice-Líder da ARENA, dando ciência das substituições dos Senhores Humberto Bezerra e Lyrio Bertoldi pelos Srs. Deputados Luna Freire e Martins Júnior.

Iniciando os trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Vasco Filho que passa a emitir parecer sobre a matéria e ao concluir, opina pela aprovação do Projeto, pela não aceitação da Emenda nº 1, apresentada pelo Sr. Senador Bezerra Neto e pelo otrecimento de emenda de Redação ao art. 1º.

A seguir, submetido o Parecer à discussão e votação, usam da palavra os Senhores Deputados Martins Júnior, Luna Freire, Nunes Leal e os Senhores Senadores Aarão Steinbruch, Wilson Gonçalves e Josaphat Marinho.

O Parecer é aprovado.

Com voto vencido, em parte, dos Srs. Deputados Martins Júnior e Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Aarão Steinbruch, Desiré Guarani e do Sr. Senador Josaphat Marinho, declaração vasada nos seguintes termos:

«das aplicações anuais do Fundo», preteri adotar a fórmula da emenda do Senador Bezerra Neto: «da arrecadação anual.» É o que parece certo como termo de referência para fixação de despesas com pessoal e serviços.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carmelita de Souza, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão. — Wilson Gonçalves — Eurico Rezende — Carlos Lindenberg — Flávio Brito — Guido Mondim — Aarão Steinbruch — Desiré Guarani — Josaphat Marinho — Luna Freire — Martins Júnior — Raimundo Diniz — Nunes Leal — Vasco Filho — Alberto Hoffman — Athié Couri — Bernardo Cabral — Parente Frota

Comissão Mista para Estudo e Parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1967 (CN).

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1967.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá, João Cleofas, Adolpho Franco, Flávio Brito, Renato Silva, Desiré Guarani e Argemiro de Figueiredo e os Senhores Deputados Monteiro de Castro, Aniz Badra, Amaral de Souza, Feu Rosa, Arnaldo Nogueira, Wilson Braga e Cleto Marques, reúne-se a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1967 (C.N.), que institui a duplicata fiscal.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Domicio Gondim, Gouvêa Vieira, Bezerra Neto e Clóvis Maia e os Senhores Deputados Gabriel Hernandes, Paulo Macarini, Ademar Filho e Lurtz Sabiá.

De acordo com o que preceitua o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Feu Rosa.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente	
Deputado Paulo Macarini	11
Deputado Wilson Braga	2
Senador João Cleofas	1
Para Vice-Presidente	
Senador Bezerra Neto	11
Deputado Arnaldo Nogueira	2
Deputado Aniz Badra	1

São declarados eleitos respectivamente Presidente e Vice-Presidente, o Senhor Deputado Paulo Macarini e o Senhor Senador Bezerra Neto.

A seguir, o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo comunica a audiência do Presidente e Vice-Presidente eleitos e, em seguida, sugere à Comissão a adoção como normas disciplinadoras de seu trabalho, o padrão que tem sido aceito nas outras Comissões Mistas. Por unanimidade, é a proposta do Senhor Presidente aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Oficial Legislativo do Senado Federal e Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1967, QUE «INSTITUI A DUPLICATA FISCAL.»

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco) e 28 (vinte e oito) do corrente mês;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 28 (vinte e oito), às 19:00 (dezenove) horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do Parágrafo único do Artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 6 (seis) de setembro, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal. Congresso Nacional, em 22 de agosto de 1967. — Deputado Paulo Macarini, Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Macarini
Vice-Presidente: Bezerra Neto
Relator: Mem de Sá

ARENA

Senadores

1. Mem de Sá
2. Domicio Gondim
3. João Cleofas
4. Adolpho Franco
5. Flávio Brito

6. Renato Silva
 7. Gouvêa Vieira
- Deputados
1. Monteiro de Castro
 2. Aniz Badra
 3. Amaral de Souza
 4. Gabriel Hernandes
 5. Feu Rosa
 6. Arnaldo Nogueira
 7. Wilson Braga

MDB

Senadores

1. Desiré Guarani
 2. Argemiro Figueiredo
 3. Bezerra Neto
 4. Clóvis Maia
- Deputados
1. Paulo Macarini
 2. Ademar Filho
 3. Cleto Marques
 4. Lurtz Sabiá

CALENDÁRIO

Dia 18-8 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

21-8 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 22, 23, 24, 25 e 28-8 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 12-9 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 13-9 — Publicação do parecer; e

Dia 19-9 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas. Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal.

Telefone: 2-4533 — Ramal 244.

MESA

Presidente — Moura Anóade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Ma — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Esmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cathary Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Hubert — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS).

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaca — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Marios Martins
 Secretário: Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Patrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobo da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Lobo da Silveira
 Patrônio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnor de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 1530 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 João Cleophas
 Mem de Sa
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos
 José Guomard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnor de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermirio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
José Cândido
Arnob de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Gulomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto SenaLino de Mattos
Aarão Steinbruch

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Gulomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Gulomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Gulomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Múller
Sigefredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.